

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO: a experiência de funcionários de uma
empresa pública em processo de privatização**

Rosa Amalia Espejo Trigo

**Florianópolis
1999**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO: a experiência de funcionários de uma
empresa pública em processo de privatização**

Rosa Amalia Espejo Trigo

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

Profa. Dra. Louise Amaral Lhullier
Orientadora
Profa. Dra. Andréa Vieira Zanella
Co-orientadora

Florianópolis
1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado

**“AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE
FUNCIONÁRIOS DE UMA EMPRESA PÚBLICA EM PROCESSO DE
PRIVATIZAÇÃO”**

Rosa Amália Espejo Trigo

Dissertação defendida como requisito básico para obtenção de Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Área de Concentração Psicologia e Sociedade e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dr. José Carlos Zanelli
Coordenador do Curso

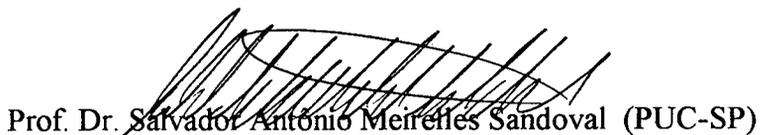
Banca Examinadora:



Profª Drª Louise Amaral Lhullier (UFSC)
Orientadora



Profª Drª Denise de Camargo (UFPR)



Prof. Dr. Salvador Antônio Meirelles Sandoval (PUC-SP)

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM, 15/10/99.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres comuns que têm
que trabalhar para viver e sobreviver*

A Ramón meu companheiro de vida

A nossos filhos Carlos Alberto e Ana Maria

E a minha querida mãe, mulher trabalhadora

"Não há saber verdadeiro que não esteja ligado essencialmente com um fazer transformador sobre a realidade, mas não há fazer transformador da realidade que não envolva um cambio nas relaciones entre os seres humanos"

Martín-Baró

AGRADECIMENTOS

A meu querido companheiro Ramón, por tornar os momentos de meu trabalho em momentos lindos de compartilhar nosso amor e por tantas outras coisas que manifestaram “dar uma força”.

Aos nossos filhos Carlos Alberto e Ana Maria e a minha nora Adriana, pelo apoio e pela disposição tão carinhosa de escutar minhas reflexões, as vezes tão tediosas e repetitivas, mas que por sua paciência foram tomando corpo neste trabalho.

A Louise, minha querida chefe, por seu apoio, seus sábios conselhos e por sua abertura e acolhida que possibilitam hoje escrever estes agradecimentos.

A Andréa, minha querida co-orientadora e conselheira, por sua paciência e compreensão, por suas sugestões e contribuições para com meu trabalho.

A Katita por ter me mostrado a psicologia que me prendeu, a psicologia crítica comprometida com o ser humano e também por sua generosa disposição para compartilhar e esclarecer minhas inquietudes.

A Susana Molón, por sua grata disposição de me escutar e por suas sugestões bibliográficas, fundamentais na minha pesquisa.

A meus queridos amigos, Jardel e Renata, colegas de barzinho e de longos momentos de discussões teóricas, por seu tremendo apoio e amizade, por ter me presenteado com a obra o Capital de Marx, e especialmente por ter se disposto a revisar meu tedioso portunhol, obrigada amigos.

Ao meu amigo Marquinhos, por toda sua ajuda, por ser meu amigo, colega de sonhos de um mundo melhor, colega de cafezinhos e lanchinhos, por ser como você é e um obrigada especial por ter me presenteado com a obra “Metáforas do trabalho” foi fundamental para minha pesquisa, obrigada uma vez mais.

A Ana Lídia, companheira do laboratório, por sua disposição para me ajudar, pelos momentos que passamos discutindo sua pesquisa ou a minha, obrigada.

A meus colegas do Laboratório de Estudos de Comportamento Político, Maurício, Elaine e Patrícia por todos os momentos de interação, e pelo carinho.

A meus companheiros do Mestrado, pelos momentos gratos nos quais crescemos juntos.

Aos professores Medeiros, Mara e Zanelli por sua dedicação e disposição com nós, os alunos e com nossa pós.

Aos colaboradores do programa de pós graduação Janette e Arlette, pelos cuidados nos prazos, nas inscrições e por possibilitar as condições para que nós, os mestrados, possamos cumprir os requisitos para nosso mestrado.

A CAPES por conceder me a bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva a meu tema de pesquisa.

Aos professores Dr. Salvador Antonio Meirelles Sandoval e Dra. Denise de Camargo por sua disposição de fazer parte de minha banca examinadora e contribuir com suas sugestões.

E, especialmente aos meus entrevistados, pela disposição e a confiança, muito obrigada.

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	vi
SUMÁRIO.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
CAPÍTULO 1 O SUJEITO HISTÓRICO CULTUA: um objeto da	
Psicologia.....	10
1.1 Tudo tem sua história.....	10
1.2 Uma proposta psicológica.....	16
1.3 O cultural no âmbito psicológico.....	19
1.4 Outras Reflexões.....	21
CAPÍTULO 2 O TRABALHO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO.....	25
2.1 A Busca de um conceito.....	25
2.2 Do trabalho ao emprego.....	28
2.3 Fazendo história no trabalho.....	34
CAPÍTULO 3 REFLEXÕES TEÓRICAS-METODOLÓGICAS.....	50
3.1 Escolhas teórico-metodológicas.....	50
3.2 Alguns desdobramentos.....	52
3.3 Um lugar para pesquisar: a Electrosul, uma empresa pública	54
3.4 O assunto em si: um jeito de pesquisar.....	57
CAPÍTULO 4 O SENTIDO QUE DA SENTIDO: um processo de	
apropriação.....	61
4.1 Vozes que se revelam no sentir e no pensar.....	61
4.2 A busca de um lugar de trabalho.....	62
4.3 O trabalho como forma de viver.....	66
4.4 Uma história para contar: onde os sujeitos falam de si, da empresa e	
da sociedade.....	69
4.5 A privatização.....	86
4.6 A empregabilidade.....	99
4.7 O sindicalismo: uma relação ilícita.....	102
CAPÍTULO 5 O QUE FICOU: as conclusões possíveis.....	109
5.1 Um preâmbulo psicológico.....	109
5.2 O sujeito: uma experiência concreta.....	111
5.3 O trabalho é mais que emprego.....	113
5.4 O trabalho na questão do público e o privado uma forma de relações	
de poder.....	118
5.5 O sujeito um projeto de humanidade.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	123

RESUMO

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: a experiência de funcionários de uma empresa pública em processo de privatização

O mundo do trabalho tem sido atingido por radicais mudanças estruturais, decorrentes do desenvolvimento da ciência, das inovações tecnológicas e das novas formas de gestão administrativa.

Nesta pesquisa procurou-se investigar algumas incidências destas transformações em sujeitos que estavam vivenciando o processo de privatização da empresa na qual trabalhavam.

A investigação teve como referencial teórico-metodológico a perspectiva do materialismo histórico e dialético. A partir desse referencial foi feito o resgate da história do homem como sujeito e sua articulação com o trabalho como prática social.

Na pesquisa propriamente tal a coleta de dados foi elaborada mediante entrevistas semiestruturadas, sendo entrevistados nove indivíduos funcionários de uma empresa pública em vias de privatização.

A justaposição dos discursos possibilitou tecer da história da empresa, deles próprios e a apreensão das temáticas que foram sendo relevantes, tais como a noção que os sujeitos entrevistados tinham da privatização, de sua empregabilidade e do movimento sindical.

A análise do discurso dos entrevistados evidenciaram as contradições do processo de transformações, diante as novas tendências do mundo do trabalho. Foi possível resgatar nas falas dos sujeitos a evidencia de um clima geral de incertezas e de uma cultura de sobrevivência que se articula a uma adesão ao paradigma do conhecimento porém, distintivamente de acordo a suas perspectivas de mundo, de homem e de sociedade sejam estas social ou individual. Poder-se-ia dizer que as novas formas do trabalho trazem junto consigo novos desafios que exigem a reflexão histórica do sujeito e seu trabalho a partir da política e da ética.

ABSTRACT

TRANSFORMATION IN THE WORK PLACE: an experience of employees in a public company during the process of privatization.

Work place has been suffering radical and structural changes due to the development of science, technological innovations and new ways of management.

This research intended to investigate some instances of such transformations in subjects that were working in a public company which was going through a process of privatization.

For this study the perspective of historic and dialectic materialism as theoretical and methodological framework was employed. From this perspective the research preliminary work studied the history of man as subject of society and his involvement with work as social practice.

Data gathering was done through semi-structured interviews with 9 employees from a public company that was going through the process of privatization.

The juxtaposition of interviewees' speeches has enabled the composition of their own as well as the company history. It was also possible to distinguish themes that were relevant to them, such as the notions of privatization, of employability, and of union movement.

The analysis of interviewees' discourse has made evident the contradictions of the process in face of new tendencies in the work place. It was possible to observe in the subject's speech an environment of uncertainties and a survival culture in which there is an attachment to the knowledge paradigm. However that occurs according to one's individualist and social perspectives of the world, man and society. We could say that new forms of work brings along new challenges that demands a historical reflection of subject and work from politics and ethics prospects.

INTRODUÇÃO

A história do homem acontece coadunada com a história da sociedade. Nessa relação, existe uma dimensão subjetiva que emerge da prática dos sujeitos envolvidos e que se configura transformando o mundo e a eles próprios.

O fazer da Psicologia consiste assim em compreender o homem em suas relações, a partir de suas interações sociais, em seus processos históricos, nas condições determinadas em que cria os meios e as formas de sua existência social.

Essa perspectiva de olhar o ser humano e psicológico aponta uma concepção de homem como um ser social inserido em um contexto sócio-histórico, econômico e político que, paulatinamente, a partir das relações sociais, vai constituindo-se como sujeito.

Baseado nesses pressupostos, tem-se desenvolvido uma psicologia que pretende compreender e explicar como o homem constrói suas características singulares, seus processos psicológicos, a partir das relações sociais.

Nesse sentido, entende-se o homem a partir de sua história e da história da sociedade na qual está imerso; da compreensão dos elementos de sua cultura, das relações que estabelece nos espaços do trabalho e dos modos de vida que cultiva; dos fazeres, pensamentos e sentimentos que estabelece ao longo de sua vida; das contradições, confrontações e integrações que elabora

nesse percurso, evidenciando assim o processo de fazer-se passo a passo, em um estar-se sempre re-fazendo no espaço interativo da relação com os outros.

Tendo esse pontos, como referenciais, orientei meus esforços a uma temática que se tem revelado como uma das maiores problemáticas da sociedade contemporânea: as formas pelas quais o homem se relaciona com o/e no mundo do trabalho¹.

O mundo do trabalho tem sido atingido por radicais mudanças estruturais, decorrentes do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e de novas formas organizativas. O contexto dessas transformações tem sido demarcado pela sofisticação da informática, a fluidez das comunicações, a transnacionalização dos capitais e a flexibilização dos postos de trabalho que, configurados de uma forma global, constituem grandes desafios para a humanidade.

Diariamente somos confrontados com as novidades que dizem respeito a esta grande aldeia global. Elementos econômicos, políticos e culturais se deslocam, derrubando fronteiras, modificando e re-significando práticas tradicionais que, de uma ou de outra forma, repercutem nas relações sociais e, conseqüentemente, impactam sujeitos, coletividades e povos.

Nesse marco, a situação mostra-se como um paradoxo, pois, apesar do alto grau de desenvolvimento tecnológico atingido pela ciência, a qualidade de

¹ Segundo FLEURY & VARGAS (1983), mundo do trabalho é definido como o espaço social, político e econômico no qual interagem o capital, o estado e os trabalhadores.

vida dos indivíduos não acompanhou os objetivos previstos pelo projeto da modernidade. Pelo contrário, tem-se evidenciado um aumento desmesurado da pobreza, da exclusão, do desmantelamento dos Estados, dos bens públicos e do bem-estar social, bem como um aumento do desemprego. (Santos, 1997; Ianni, 1992; Luttwak, 1994; Dieterich, 1997; Sawaia, 1997; Amaral, 1996; Tassara, 1996).

O relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT², publicado em 1996, estima que 30% da força de trabalho no mundo não tem emprego ou está subempregada. Os especialistas da OIT qualificaram como "sombria" a situação do mercado mundial de trabalho. Além do grande número de desempregados, esta entidade denuncia que ainda há, cada vez mais, "uma tendência à desigualdade nos salários".

Em relação ao Brasil, Maria da Conceição Tavares denuncia, em informe emitido na Folha de São Paulo de 16 de agosto de 1998, que, de acordo com dados do DIESE, o desemprego atingiu, em algumas regiões, níveis recordes próximos aos 20% da população.

Paralelamente à questão econômica e política, essa problemática incide violentamente na esfera psicossocial dos indivíduos.

Nesse sentido, Antunes destaca que *"A classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a materialidade, mas teve profundas*

² Relatório da OIT, publicado no jornal A Folha de São Paulo 26/Nov./1996.

repercussões na sua subjetividade, e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (Antunes, 1995, p. 15).

Tudo isso reflete-se num clima de grandes desencantamentos no âmbito das ciências humanas, questão presente nos pronunciamentos de autores como Habermas (1987), que, a esse respeito, refere-se à (des) centralidade do trabalho e à dissolução das utopias e Bourdieu (1998), que denuncia as tendências atuais dos projetos de sociedade demarcados pelo neoliberalismo enquanto cumprem, entre seus objetivos, a dissolução dos coletivos e, portanto, a desestruturação das forças organizadas da sociedade.

No âmbito literário emerge, dando voz a uma denúncia coletiva, a obra de Forrester (1997), afirmando que não há um período de crise, senão uma nova forma do mundo se re-estruturar, em que o trabalhador é supérfluo e está condenado a passar da exclusão social à eliminação total.

As manifestações anteriormente postuladas evidenciam o atrelamento da sociedade a novas formas de organização que, coadunadas com racionalidades mercadológicas, situaram o trabalho num marco no qual se coloca em xeque sua forma mais comum, o emprego, caminhando para sua extinção, sua desestruturação ou sua re-estruturação

Nesse marco, o trabalho encontrar-se-ia no paredão da morte, arrastando consigo conquistas e reivindicações que se constituíram ao longo do tempo,

como a cidadania possível, e que hoje se diluem junto com os postos de trabalho .

Apesar disso, a maioria dos indivíduos se organizam em torno do trabalho. O trabalho é, de acordo com Marx (1987) e muitos de seus seguidores, constitutivo do ser humano. Configurado na sociedade moderna como o eixo mais importante de sua organização, é assinalado por vários autores como a atividade mais importante da vida humana.

Grande parte dos indivíduos dedica a maior parte de sua vida a esta atividade, de início apropriando-se de conhecimentos para sua inclusão – o que já implica numa relação com o trabalho - e depois em torno dela (Baro, 1985), revelando-se, portanto, como uma das atividades mais significativas para o ser humano.

Fundamentam-se, assim, as postulações de Leontiev (citado por Corrêa Jacques, 1996), que destaca o exercício de atividades coletivas e de trabalho conjunto como responsável pelo surgimento do pensamento, da consciência e da linguagem.

Dessa forma, nos diz Corrêa Jacques: *“As capacidades características da humanidade, historicamente desenvolvidas, encontram-se objetivadas em um sistema temporal de atividades, inseparavelmente sociais e individuais, fundadas sobre e no conjunto das relações sociais, ou seja, na forma de relações sociais que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes, mas transformados sob o ponto de vista da individualidade psicobiográfica através da mediação do outro e de sínteses próprias*

que dão o caráter de especificidade. O mundo concreto do trabalho se constitui como um locus por excelência para essa mediação, por mais não seja, pelo número de horas diárias que os indivíduos a ele se dedicam” (Corrêa Jacques, 1996, p. 23).

O meu interesse no tema do trabalho e suas repercussões nos sujeitos levou-me a procurar entidades representativas dos trabalhadores, mais especificamente a Escola Sul da CUT/SC - Central Única dos Trabalhadores/Santa Catarina, na qual busquei fazer um acompanhamento do alcance, repercussões e formas de organização que os trabalhadores desenvolvem para enfrentar as mudanças no mundo do trabalho.

A minha atuação na Escola SUL/CUT se deu por meio de observação participante no curso “Negociação Coletiva para Formadores - Sistema Democrático de Relações de Trabalho” - (Nov./95) e, posteriormente, no curso “Formação de Formadores-96”, como estagiária curricular em Psicologia Escolar (Jun./Dez.96). Concomitantemente participei, no ano de 1996, do Núcleo “Transformações do Mundo do Trabalho”, da UFSC.

Com essas atividades procurei me aproximar de espaços que tivessem o mundo do trabalho como tema de reflexão, no intuito de acompanhar a repercussão nos sujeitos dos processos em transformação, especialmente em como enfrentam perspectivas futuras, no âmbito de estruturas organizativas em rumos de um mundo globalizado e privatizado.

Prosseguindo meus estudos nessa linha, procurei pesquisar, neste trabalho, algumas dimensões da constituição dos sujeitos enquanto

significações geradas no contexto conjuntural de empresas que estão em vias de ser privatizadas.

O processo de privatização das empresas públicas forma parte de um projeto de modificação das estruturas organizacionais. Modificações que se encontram em sintonia com políticas neoliberais, equivalentes a formas de organização que, no mundo globalizado, apontam para o enxugamento das empresas e, portanto, para a diminuição dos índices de emprego.

O Movimento Unificado contra a Privatização de Florianópolis declarou, através de seus porta-vozes, na sessão extraordinária da Assembléia Legislativa de Florianópolis do dia 8 de dezembro de 1997, que o processo de privatização das empresas estatais tem trazido, no âmbito mundial, a demissão de uma média aproximada de 40% do pessoal empregado.

Afirmção que se confirma no caso da Light³ do Rio de Janeiro, e que nos leva a interrogarmos-nos sobre as incidências dos processos da privatização, a partir dos sujeitos que trabalham nas empresas atingidas, posto que por detrás de toda decisão que envolva as estruturas organizacionais estão os indivíduos concretos que vivem, sobrevivem e se constituem como produto e produtores de sua sociedade, a partir das condições que lhes são determinadas.

O trabalho foi-se transformando no decorrer dos tempos no eixo dos sistemas de organização dos homens, regulador da inclusão/exclusão no

³ Segundo Machado, Fiejó e Kresch, em maio de 1996 a Light contava com 11.300 empregados, dos quais, depois da privatização, ficaram 6.800.

sistema social, realiza-se como campo da violência enquanto tortura e exploração e do desamparo social enquanto sua extinção.

Pelo anteriormente exposto justifica-se esta pesquisa no âmbito da psicologia pelas incidências do trabalho no sujeito.

No entanto, pôr tratar-se de processos da ordem da convivência social e da vivência pessoal que envolvem questões éticas, políticas e sociais explicam-se no espaço interdisciplinar.

Para tanto, o que aqui se apresenta retrata o percurso desta pesquisa que, no **primeiro capítulo**, traz a reflexão do sujeito como objeto psicológico e a proposta do sujeito histórico - cultural. O **segundo capítulo** consiste num levantamento da noção do trabalho como conceito, e sua história de repercussões na vida dos indivíduos e nas formas de organização da sociedade. O **terceiro capítulo** consiste na reflexão da proposta teórico-metodológica assumida. O **quarto capítulo** trata do tema abordado - as transformações do mundo do trabalho e suas repercussões na constituição dos sujeitos - a partir das falas dos sujeitos entrevistados. Foram selecionados alguns segmentos dos depoimentos, procurando evidenciar como os sujeitos assumem as transformações de seu meio de trabalho. As temáticas mais significativas, nesse sentido foram a privatização, a empregabilidade e a sindicalização. No **quinto capítulo** apresentam-se as conclusões que foram possíveis, a partir da reflexão das falas dos sujeitos entrevistados, estabelecendo nesse sentido, que estas se

inserir em linhas de pensamentos construídas social e historicamente e que correspondem a diversas formas de assumir o mundo e o homem.

No entanto de uma ou outra posição os entrevistados evidenciaram as contradições do processo de transformações, diante as novas tendências do mundo do trabalho ao negar seus discursos anteriores – de dirigentes das empresas públicas ou de dirigentes dos trabalhadores - aderindo assim, desde suas perspectivas à nova ordem, a ordem de um mundo neoliberal, individualista e excludente, tanto seja para sua crítica e discussão como para seu consentimento e disposição.

CAPÍTULO 1

O Sujeito Histórico-Cultural: um objeto da psicologia

"O homem persegue, através de seu saber, uma lenta descoberta daquilo que ele é em relação ao mundo" (Japiassu, 1977, p. 31).

1.1 Tudo tem sua história

Elaborar uma pesquisa do impacto das transformações do mundo do trabalho no homem a partir do olhar da psicologia nos remete a indagações sobre nosso objeto de investigação.

Incurtionando ao nosso redor podemos perceber que convivemos com diferentes concepções do objeto psicológico. Termos como *mente, alma, inconsciente, comportamento* e outros são designados como objeto da psicologia, manifestando, dessa forma, uma pluralidade de discursos e práticas que convivem no mesmo espaço.

Em relação a isso, torna-se inquietante o confronto com colocações como as que traz Japiassu (1977), quando resgata Canguilhem e nos remete ao que é a psicologia. Questão fundamental, segundo Japiassu, pois envolve a própria existência do psicólogo, na medida em que, não sabendo responder exatamente o que ele é, torna-se extremamente difícil justificar aquilo que ele faz. Entende-se, nesse sentido, a necessidade de compreender a emergência do

psicológico e do sujeito, remetendo-nos às diferentes concepções que o homem tem elaborado do mundo e de si mesmo no percurso da história.

Segundo Japiassu é possível ter uma compreensão do que o homem pensa de si a partir de sua concepção de ciência. Nesse sentido, nos diz o autor que é possível distinguir três fases distintas: “...a da concepção clássica do homem (ciência grega), a da concepção cristã (teologia patrística e medieval) e a da concepção moderna. Em cada uma dessas fases, a medida do mundo se reflete na medida do homem” (Japiassu, 1977 p. 31).

Desde a Grécia de Platão até a Idade Média, a concepção de homem esteve imersa numa postura cosmovisiva - o cosmo presidindo toda compreensão que o homem tinha do mundo e de si mesmo - e cosmológica - o cosmo sendo o centro a partir do qual o homem se compreendia. Com o advento da Idade Média, o homem manteve a atitude cosmológica cosmovisiva, tendo como fonte explicativa, porém, não mais o cosmos, mas Deus, voltando-se, dessa forma, a uma postura teocêntrica.

Até essa época, o homem teve, em relação a si mesmo e ao mundo, uma atitude contemplativa, marcada por um destino que lhe era designado por alguma divindade. Nesse contexto, não há lugar para uma compreensão do homem como agente atuante e transformador de si mesmo e da natureza.

As grandes navegações, os avanços da época, a expansão econômica, a exploração das colônias, trouxeram à tona o encontro com novas culturas, o

encontro com as diferenças. Essas mudanças implicaram a tensão de novos valores, a revisão das crenças, dos costumes, dos significados.

O homem passa assim a perceber-se de uma forma diferente, como se fosse dono de seu próprio destino. No entanto, essa nova percepção de si mesmo traz desafios. Figueiredo (1991;1992) aponta, nesse sentido, que o espaço das liberdades é também o espaço das aventuras sem destino certo, sem arrimos nem garantias. É também o espaço insólito da ignorância, da ilusão, do erro, da dúvida, da suspeita e das expectativas e, além disso, é o espaço das virtudes, pois cabe ao homem, no contexto das indeterminações naturais, fazer escolhas.

O desmoronamento de certas concepções tidas como absolutas e o surgimento dos referenciais do mundo moderno, a partir da razão, “...impôs a separação de um sujeito descido do céu à terra, humanizado, do mundo dos objetos” (Touraine, 1995, p. 12).

Na prevalência da modernidade, o homem se (re) situa em relação ao mundo. Liberando-se dos desígnios de Deus, passa a pertencer ao mundo natural. Sendo assim, ambos, mundo e sujeito, são governados por leis naturais que a razão descobre e às quais se é sujeitado. Nesse novo contexto, o homem como objeto se confunde com a natureza, mas esse mesmo homem também é sujeito e subjetividade.

“A ambigüidade da natureza humana implica imediatamente seu desenraizamento do mundo das coisas e seres naturalmente determinados, perfeitos em seu sentido e perfeitos para os sentidos” (Figueiredo, 1992, p. 24).

Segundo Figueiredo: *“...é este sujeito que, no final do século XIX, vive seu apogeu e, ao mesmo tempo, o início de sua dissolução: começa a desmoronar a ilusão de que o homem ocupa o centro do mundo e que, desde esse lugar, ele tudo vê e tudo pode” (Figueiredo, 1992, p. 15).*

Esse descentramento do homem será, para esse autor, o cimento da emergência do psicológico, pois, produto dessa ruptura, o sujeito se tornará objeto da psicologia.

Noção de sujeito controvertida e paradoxal pois, de acordo com Morin: *“Em muitas filosofias e metafísicas, o sujeito confunde-se com a alma, com a parte divina ou, pelo menos, com o que em nós é superior, já que nele se fixam o juízo, a liberdade, a vontade moral etc. Não obstante, se o considerarmos a partir de outro lado, por exemplo, pela ciência, só observamos determinismos físicos, biológicos, sociológicos ou culturais, e nessa ótica o sujeito dissolve-se” (Morin, 1996, p. 45).*

Em seu afã racionalista, a modernidade cindiu objetividade e subjetividade em detrimento desta última (Touraine, 1995). O projeto da modernidade se contrapôs às tradições compreendidas a partir de Deus e expressa no psicológico, na alma, no espírito. Nesse marco a psicologia, no intento de ser reconhecida pelos paradigmas vigentes, privilegiou modelos naturais e positivistas prevaletentes na época, fragmentando seu objeto, o

sujeito. Segundo Morin (1996), diluindo-o, perdendo-o, expulsado-o e substituindo-o por estímulos, respostas e comportamentos.

“Em decorrência o sujeito é atravessado por uma sucessão de rupturas: num primeiro nível, a sensibilidade, a afetividade, a intuição, a vivência pré-reflexiva, etc...num segundo nível, é a própria razão que se desdobra em discursos de suspeita que procuram identificar e extirpar dos discursos com pretensões racionais os vestígios cada vez mais dissimulados da subjetividade” (Figueiredo, 1991, p. 19).

O impasse dessas distintas formas de perceber o homem foi resolvido - porém não superado - no pensamento ocidental pela proposta de Descartes que legitimou a cisão do homem, através da dualidade expressa em: alma - corpo; físico - psíquico; subjetividade - objetividade.

Dessa forma: *“A especificidade da psicologia se vê duplamente colocada em questão: a psicologia hesita entre a alienação de uma filosofia de espírito e a alienação de um materialismo psicofisiológico”* (Japiassu, 1977, p. 48).

Tendo a modernidade em seu projeto mais ambicioso a emancipação humana, entendeu esta a partir de um sujeito regido por leis racionais e inteligíveis. O sujeito, aponta Touraine (1995), foi compreendido na sujeição a programas de aprendizagem racionais, capazes de resistir às pressões do hábito e do desejo. Mas, cabe-se perguntar, tal como assinala este autor, em que a

liberdade, a felicidade pessoal ou a satisfação das necessidades são racionais?.⁴

Nas palavras de Chauí, o sujeito: *“Reconhece-se como diferente dos objetos, cria e descobre significações, institui sentidos, elabora conceitos, idéias, juízos e teorias. É dotado da capacidade de conhecer-se a si mesmo no ato do conhecimento, ou seja, é capaz de reflexão. É saber de si e saber sobre o mundo, manifestando-se como sujeito percebedor, imaginante, memorioso, falante e pensante. É o entendimento propriamente dito”* (Chauí, 1995, p. 118).

Esse interrogar-se e conceber-se implica a constituição do sujeito a partir da razão, que, na proposta deste trabalho, soma-se a um sujeito, além de racional, constituído nas experiências vividas no mundo social, nas emoções geradas, nos pensamentos desenvolvidos no eixo das motivações, não como algo dado, mas como um processo que se nutre da vida social.

Trata-se de revisar a noção de sujeito enquanto um: *“...ser humano integral que não só pensa senão que também sente e atua; a uma realidade que não só existe fora da pessoa senão que também é construída por ela; a um conhecimento que se elabora não só como verdade desde o científico, o técnico, senão também como ‘vida’ a partir do homem comum”* (Hernandez, 1997, p. 95).

Dessa forma, o sujeito emerge no mundo atual interrogando-se e permitindo-se conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, concebendo-se a si mesmo como ator. Sendo

⁴ Grifo meu.

assim, revela-se como objeto da psicologia “o sujeito” que no mundo contemporâneo constitui-se como “a vontade de um indivíduo de agir e ser reconhecido como ator” (Touraine, 1995, p. 220).

Decorrente dessa concepção pode se definir o campo da psicologia de acordo com Lhullier (1998) como: “...a disciplina que estuda o sujeito em sua relação com o mundo. Nessa relação com o mundo esse sujeito se constitui, ao mesmo tempo, como produto e como produtor da sua história e da história da sociedade em que vive” (Lhullier, 1998, p. 207).

1.2 Uma proposta psicológica

Das reflexões anteriores desdobra-se uma proposta de trabalho psicológico que considera o homem como um ser social inserido num contexto sócio-histórico e político que, paulatinamente, a partir das relações sociais, vai constituindo-se como sujeito, num processo em que o homem é produto e produtor de si mesmo e de seu meio.

A postulação de homem constituído no social nutre-se da 6^o tese sobre Feuerbach de Marx e Engels: “...a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade é o conjunto das relações sociais” (Marx ; Engels 1996, p. 13).

Baseado neste pressuposto tem-se desenvolvido uma psicologia que tem como intuito explicar como o homem constrói suas características singulares, seus processos psicológicos, a partir das relações sociais.

Considerar o homem como um ser social, constituído nas relações estabelecidas, é um pressuposto que têm sido trabalhado por alguns autores, entre os quais se encontra Vygotski. O legado que este autor nos deixou abre caminhos para a apreensão do homem em sua vida concreta, nas condições de sua realidade social e de seu cotidiano, a partir de uma compreensão dessa realidade perfilada pela dialética dos processos humanos.

Nessa perspectiva Zanella aponta que: *“...o movimento histórico da humanidade não é linear, mas sim movimento que se caracteriza pelos saltos revolucionários, onde rege a dialética. Tal movimento Vygotski entende como acontecendo também com cada homem em particular”* (Zanella, 1995, p. 190).

Vygotski procurou fundamentar uma psicologia que visasse à superação das diversas posturas psicológicas, reunidas por esse autor em duas grandes vertentes que tradicionalmente nutriram as teorias psicológicas: as perspectivas naturalistas, que pretendem explicar os processos psicológicos como parte dos processos naturais; e as concepções idealistas, que visam a descrever e compreender os conteúdos e estruturas psicológicas como fenômenos imanentes e transcendentais. Para Vygotski, ambas vertentes não conseguiam aproximar-se do psicológico e, visando a superar este impasse, esse autor

postulou uma nova psicologia elaborada a partir da filosofia marxista, mas com princípios, categorias e métodos próprios do âmbito psicológico.

Nesse sentido, Vigotsky postulou uma psicologia que fundamentou-se em categorias intermédias, o que implicou cruzar as fronteiras do subjetivo e explorar as formas objetivas da vida social.

Assim, o que se revela como objeto psicológico é o homem concreto, o homem que fala, pensa e sente a partir da apropriação de seu mundo e das relações que cultiva com este e com os outros homens. Relações estas mediadas por signos e significações que produzem e são produzidos pelos homens e dos quais estes se apropriam fazendo, nesse movimento, suas consciências, o que envolve necessariamente pensamentos, ações, sentimentos. Processos esses que, pôr sua vez, são mediados pela linguagem, o que torna essa última fundamental nos processos de constituição dos sujeitos.

Referindo-se à linguagem, Lane (1985) resgata Leontiev e aponta para dois processos que se interligam necessariamente: *“se por um lado, os significados atribuídos à palavras são produzidos pela coletividade no seu processar histórico e no desenvolvimento de sua consciência social, e como tal, se subordinam às leis histórico-sociais, por outro, os significados se processam e se transformam através de atividades e pensamentos de indivíduos concretos e assim se individualizam, se ‘subjetivam’, na medida em que ‘retornam’ para a objetividade sensorial do mundo que os cerca, através das ações que eles desenvolvem concretamente. Desta forma os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um ‘sentido*

pessoal', ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo" (Lane, 1985, p. 33 – 34).

É assim que o homem constitui a história. Ele cria a história e ele é história. Nas palavras de Kosik: *"Se a primeira premissa fundamental da história é que ela é criada pelo homem, a segunda premissa igualmente fundamental é a necessidade de que nesta criação exista uma continuidade. A história só é possível quando o homem não começa de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtido pelas gerações precedentes. Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto" (Kosik, 1976, p. 218).*

A história só é possível quando alguém é capaz de escreve-la, de evidenciar seus rastros, de fazer cultura.

1.3 O Cultural no âmbito psicológico

Cultura é toda expressão do humano, e revela-se, portanto, como fundamental para a compreensão do homem e dos fatos sociais. Concordando com a trilha dos autores que trabalham na concepção histórico - cultural, o psicológico só pode ser compreendido, nas suas dimensões sociais e individuais, como um processo de apropriação das formas culturais de atividade.

Todo homem ao nascer se insere num contexto cultural já estabelecido e atua ativamente neste, modificando-o e modificando-se.

Seguindo o mesmo sentido, Leontiev (1978) refere-se às práticas culturais como decisivas no início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava submetido não às leis biológicas, mas a leis sócio-históricas. Dessa forma, nos diz o autor, desde o princípio da história humana, os próprios homens e suas condições de vida não deixaram de se modificar e as aquisições da evolução de se transmitir de geração em geração.

Destacam-se, no âmbito da noção de cultura, as contribuições de Geertz (1989). Sua teoria contrapõe-se à visão iluminista da natureza humana, que implica situar o homem como uma peça da natureza que por si mesmo possui uma essência humana invariável e universal.

Geertz sustenta seus enunciados no pressuposto que o humano distingue-se do natural pela elaboração particular que o homem faz sobre sua base natural. Este autor postula a cultura e a variabilidade cultural como expressões da diversidade humana, postura que implica a superação de uma unidade básica da humanidade sustentada como expressão universal, destacando os costumes como elementos fundamentais para a constituição do humano.

Segundo as palavras de Geertz : *“não existem homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram e, o que é mais importante, não o poderiam pela própria natureza do caso”* (Geertz, 1989, p. 47).

Essa perspectiva do cultural vem ao encontro dos delineamentos teóricos aqui adotados, ao nos dizer que o pensamento humano se constitui no social e no público. Embora existam elementos singulares em cada ser humano, sua constituição passa pelas dimensões públicas e sociais, espaços onde se produzem e socializam os signos, que são compartilhados pelos sujeitos e apropriados por cada um em particular, constituindo assim sua especificidade como sujeito.

Esta estrutura de códigos e contextos simbólicos significantes revela-se como fundamental para a existência humana pois, sem esta, segundo Geertz, a vida humana seria ingovernável.

Coincidente com essa postulação, Durham (1981) agrega que o componente simbólico da ação humana, mais que parte integrante, é elemento constitutivo da vida social pois, concordando com Geertz, essa autora nos diz que, sem essas orientações simbolicamente constituídas, o homem não seria nem natural, mas uma monstruosidade biologicamente inviável, com incapacidade de governar seus impulsos e organizar suas ações sobre o mundo.

1.4 Outras reflexões

Se a natureza humana não implica condições inatas e a vida social se estrutura através dos costumes, podemos assumir que toda ação humana se constitui num sistema de códigos significantes construídos histórica e socialmente.

Nesse sentido, Chauí (1995) nos diz que as sociedades, por serem temporais e históricas, passam por transformações que variam de uma formação social a outra. Essas transformações se expressam nas distintas manifestações culturais. Cada setor social procura explicar a origem da sociedade e de suas mudanças a partir de seu olhar e, conseqüentemente, há diferentes explicações para o surgimento e forma das transformações sociais. Os grupos dominantes narram a história da sociedade a seu modo, diferentemente dos grupos dominados. Numa sociedade convivem essas concepções diferentes e contrárias sobre os acontecimentos.

Nessa realidade, segundo Chauí (1982), justifica-se a concepção de ideologia, que é a imposição de uma cultura dominante à sociedade inteira, como se todas as classes e os grupos sociais pudessem e devessem ter os mesmos valores culturais, embora vivendo em condições sociais diferentes.

Conforme Chauí, foi Hegel e depois Marx que estabeleceram a articulação entre cultura e história, sendo que para esses autores a cultura é história. Nesse sentido, nos diz Chauí, Hegel define a cultura - história como expressão do espírito; em contraposição, Marx a interpreta como *"...o modo como, em condições determinadas e não escolhidas, os homens produzem materialmente (pelo trabalho, pela organização econômica) sua existência e dão sentido a essa produção material"* (Chauí, 1995, p. 293).

Nesse ponto, Sahlins (1979) ressalta que o foco da produção simbólica se dá no contexto das relações de produção, enfatizando, contudo, a

predominância da razão simbólica ou significativa. Esse autor destaca ainda a: *“...qualidade distintiva do homem não ao fato de que ele deve viver num mundo material, circunstância que compartilha com todos os organismos, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema de significados criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única”* (Sahlins, 1979, p. 8).

Para esse autor a produção simbólica cultural pode variar em termos de focos e ênfases, de acordo com o tipo de sociedade e momento histórico, mas, em qualquer sociedade ela dá sentido, significado e intencionalidade às ações e comportamentos sociais de uma maneira diferenciada, de acordo com seu momento histórico.

Nesse sentido, Velho (1978) nos alerta para a necessidade de distinguir os diferentes sistemas simbólicos que existem numa sociedade complexa, compreender suas fronteiras e ambigüidades para possibilitar o acesso a como indivíduos concretos interpretam os símbolos e signos que estão à sua volta, como os internalizam e a que decisões chegam em momentos de opção, tanto em situações explicitamente dramáticas da história de uma sociedade, quanto ao nível do cotidiano. O autor destaca que os sujeitos mudam e criam símbolos e significados inseridos numa herança e num sistema de crenças.

Estes assinalamentos adquirem um matiz particular quando se trata das sociedades complexas, pois, apesar de distintos sujeitos estarem inseridos no mesmo contexto cultural, o estarão no âmbito específico de suas esferas sociais e, nesse sentido, a apropriação e produção cultural vai ser, em cada um deles,

particular, embora revelando-se como expressão das condições econômicas, políticas, sociais, na qual foram inscritas e compartilhadas com os outros homens.

CAPÍTULO 2

O Trabalho e a Constituição do Sujeito

Que é o trabalho senão: "...atividade determinada e transformadora tantas vezes penosa e contudo necessária?" (Albornoz, 1986 p. 7).

2.1 A busca de um conceito

A palavra trabalho remete a vários significados. Se por um lado o trabalho é considerado como expressão da atividade que transforma o homem e a realidade, por outro também implica em dor, sofrimento, tortura, alienação e exclusão.

Seguindo a trilha dos pressupostos histórico-culturais, não há dúvida que se devem iniciar estas reflexões a partir da noção do trabalho desenvolvida por Marx no capítulo V do livro I: *"...o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (...) Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza"*. (Marx, 1987, p. 202).

É o trabalho, diz Marx (1987), uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural da mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida

humana. O trabalho enquanto atividade humaniza tanto ao homem quanto a natureza.

Estas postulações de Marx inspiraram Lukács na sua obra "A ontologia do ser social", obra na qual, a partir dos fundamentos de Marx, o autor ressalta a dimensão constitutiva do trabalho no ser humano.

"As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, para depois se tornarem cada vez mais declaradamente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com a posição teleológica do trabalho" (Lukács, 1992, p 93).

A condição teleológica do trabalho ressaltada por Lukács (1992) aponta para o fato de que é na consecução do trabalho, levando a cabo projetos e alcançando finalidades, que o homem vai se constituindo como ser humano.

Nesse sentido Marx nos diz: *"No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade"* (Marx, 1987, p. 202).

É a objetivação da subjetividade, presente nas coisas que o homem constrói, num processo de relação sujeito-objeto-sujeito que implica a elaboração de instrumentos tanto materiais como psíquicos. Dessa forma, ao modificar o mundo material, o homem modifica-se também a si mesmo e aos

outros. Na relação com outros homens, vai se apropriando da cultura, construindo e especificando-se em sua humanidade, elaborando não só artefatos mas também criando representações, significados, recriando o mundo social, a cultura.

Partindo dos desdobramentos da teoria marxista, Vygotski assinala o trabalho como eixo fundamental na relação do homem com seu meio. Nesse sentido, apontando na mesma linha teórica, Luria nos diz que: *“As peculiaridades da forma superior de vida, inerente apenas ao homem, devem ser procuradas na forma histórico-social da atividade, que está relacionada com o trabalho social, com o emprego de instrumentos de trabalho e com o surgimento da linguagem (...) Por isto as raízes do surgimento da atividade consciente do homem não devem ser procuradas nas peculiaridades da ‘alma’ ou no íntimo do organismo humano mas nas condições sociais de vida historicamente formadas”* (Luria, 1979, p. 74 - 75).

Pode-se dizer que para os autores da linha marxista, o trabalho é constitutivo do ser humano. O trabalho, nos diz Baquero: *“...trata da transformação da natureza em cultura, seja desde a perspectiva da transformação dos objetos materiais como dos mesmos organismos, Por isso seu resultado será tanto a produção de bens materiais ou objetos, produto da transformação da natureza material do mundo, como o de sujeitos humanos, produto agora da transformação da legalidade humana que regia o destino do animal humano em regulação psicológica cultural”* (Baquero, 1998, p. 46).

No âmbito psicológico, esta noção de trabalho encontra respaldo nos estudos de Pino que ressaltam a categoria da atividade como central para a constituição do mundo psíquico. Nas palavras desse autor: *“As características social e instrumental da atividade humana conferem-lhe sua qualidade produtora, ou seja de possibilitar a transformação simultânea do objeto e do sujeito da ação. O duplo caracter instrumental da atividade humana define o conceito de trabalho social, o qual implica um duplo processo: de objetivação da subjetividade – o produto da ação é a materialização das qualidades do sujeito agente – e de subjetivação da atividade objetivada – o produto da própria ação pode ser reapropriado pelo sujeito. Isto coloca o ser humano acima da ordem biológica e o introduz na ordem da cultura”* (Pino, 1995, p. 32).

No trabalho o homem se relaciona com outros homens, criando espaços simbólicos, diversificando e complexificando o mundo, fazendo seu o patrimônio cultural herdado, transformando-se e transformando esse patrimônio.

2.2 Do trabalho ao emprego

A noção de trabalho desenvolvida anteriormente tem sua inspiração na primeira definição que Marx (1987) deu ao trabalho, definida como forma genérica, independente de qualquer história e de qualquer forma de produção. Denominada por Marx como trabalho enquanto valor de uso, corresponde às

atividades que o homem precisa executar para apropriar-se do necessário para o cumprimento de suas necessidades.

Porém, essa noção de trabalho revela-se insuficiente para a análise dos sujeitos concretos, pois o homem dessa definição corresponde a uma acepção genérica da espécie humana. Essa concepção encontra-se de acordo com o próprio pensamento de Marx, que num outro momento (apud Teixeira, 1995) expõe: *“toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”* (Teixeira, 1995, p. 108). Palavras que levam a considerar a categoria do trabalho a partir das condições históricas sociais criadas pelo próprio homem em sua atividade produtiva.

Na esfera social, o trabalho distingue-se como elemento organizador da vida social e como um dos pilares fundamentais da modernidade. Assim, o trabalho se realiza no sistema que herdamos e que ainda hoje se encontra vigente com novas faces, o modo de produção capitalista, modo no qual o trabalho se transforma num meio para adquirir dinheiro e onde só é considerado produtivo o trabalho que produz capital.

Chama-se trabalho produtor de valores de uso (ou trabalho concreto) ao trabalho elaborado para a consecução de fins que derivam na satisfação de necessidades. Por sua vez, denomina-se trabalho criador de valor de troca (trabalho abstrato) ao trabalho distante de fins próprios, que tem seu valor imposto pelo capital e, portanto, homogeneizado e universalizado pela equalização de seu valor.

O trabalho concreto só é considerado em sua dimensão de trabalho abstrato, se destinado a produzir mercadorias, valores de troca. Dessa forma, o capitalismo não dispensa o trabalho concreto mas só o considera quando destinado a produzir, antes de tudo, mais valia. De igual maneira o trabalho abstrato - trabalho que o homem faz como meio e não como fim - só se efetiva se satisfaz necessidades humanas, embora estas sejam estranhas a seu produtor.

O trabalho como meio e não como fim se converte em uma parte inorgânica, na maldição da vida cotidiana e é compreendida por Marx como estado de alienação, entendida pelo autor como o estado do homem em que seus próprios atos se convertem em uma força estranha.

Alienação que se realiza nas condições históricas e determinadas nas quais os homens realizam o trabalho, distanciando-se da finalidade dos objetos produzidos e, portanto, distanciando-se da dimensão teleológica de seu trabalho.

É o trabalho reificado no emprego que serve para conseguir coisas que têm valor no mercado. Dessa forma, o próprio produtor, ao negociar seus produtos, transforma-se em mercadoria, o que significa a homogeneização das coisas e dos homens pelo seu valor de troca. Nessa noção do trabalho o sujeito dilui-se em sua força do trabalho travestido de mercadoria.

Revela-se assim a dupla condição do trabalho apontada nas palavras de Codo: *“O trabalho é mágico porque é duplo, carrega em si a maldição da mercadoria, a fantasmagoria do dinheiro: de um lado aparece como valor de uso, realizador de produtos*

capazes de atender necessidades humanas; de outro, como valor de troca, pago por salário, criador de mercadoria, e ele mesmo é uma mercadoria no mercado" (Codo, 1993. P. 97).

Considerando os diversos planos nos quais os homens realizam o trabalho, Heller (1991) aponta que o conceito de trabalho de Marx não esgota todos seus aspectos. Além das dimensões teleológicas e econômicas desenvolvidas por Marx, essa autora propõe um conceito cotidiano de trabalho que se distancia de algumas acepções, aproximando-se de outras. Trabalho é "ganhar o pão", "ganhar dinheiro". É uma atividade que precisa ser cumprida para viver. Essa noção de trabalho proposta por Heller (1991) se afasta dos conceitos teleológicos, econômicos e sociológicos, mas revela-se no empírico, aproximando-se do significado que os homens comuns atribuem ao trabalho em sua vida cotidiana⁵.

Aproximando-se também da primeira condição histórica que Marx postula para os homens: *"Os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que*

⁵ Vida cotidiana, de acordo com Heller (1991), é a reprodução do homem particular e, nesse sentido, se diferencia da concepção de vida cotidiana que corresponde àquilo que acontece rotineiramente todos os dias, posto que acontecimentos como nascimento e morte, na concepção de Heller, também formam parte da vida cotidiana. Outra visão de vida cotidiana é posta por Lefevre. Para este autor a vida cotidiana seria a mediadora entre a naturalidade e a sociabilidade. De acordo com Heller, a vida cotidiana não se esgota nessa mediação e cada vez mais está presente nos atos de sociabilidade, como os correspondentes ao trabalho que é uma atividade que se precisa fazer para o homem se reproduzir, mas, dado que é uma atividade que atorga as bases materiais do desenvolvimento social, é também uma atividade genérica.

permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material” (Marx, 1996, p. 39).

Sem perder de vista que as diferentes dimensões da categoria do trabalho se confundem e se superpõem, ao aproximarmos-nos das acepções cotidianas do mundo do trabalho, no sentido de sua importância como meta de sobrevivência, aproximamos-nos também da questão do trabalho como emprego.

Sendo que o trabalho é uma atividade necessária para a reprodução da vida, configura-se na sociedade contemporânea como divisão social do trabalho em forma de emprego.

Foi assim que o trabalho se constituiu, na vida moderna, como trabalho assalariado, reconhecido não pelo seu valor de uso (trabalho concreto), mas por seu valor de troca (trabalho abstrato), subjungando os homens à alienação de si mesmos ao homologar seu valor como homens ao valor de seu trabalho e ao limitar as apropriações dos homens dentro das possibilidades relativas às funções que lhe correspondem na divisão social do trabalho.

Como aponta Heller (1991): *“...madurar para o mundo dado, significa, portanto, não somente interiorizar-se e desenvolver as capacidades humanas, senão também e ao mesmo tempo, tendo em conta a sociedade em seu conjunto --apropriar-se da alienação. Conseqüentemente, lutar contra a ‘dureza do mundo’ significa não somente que o homem deva apreender a manipular as coisas, deve apropriar-se dos costumes e as instituições, para poder usá-las, para poder mover-se em seu próprio*

ambiente e para poder mover este ambiente, senão também que ele vai aprendendo a conservar-se a si mesmo e a seu ambiente imediato frente a outros ambientes, frente a outros homens e estratos” (Heller, 1991, p. 29 – 30).

Nessa base, o trabalho dos homens foi se organizando e evoluindo junto com o capital, perdendo-se nas sombras todo trabalho que não estivesse ligado às formas que o capital reconhece como legítima.

O trabalho assalariado passou a ser o ponto focal no qual os homens organizam-se, numa sociedade que se caracteriza não pela inexistência do trabalho fora do capital, mas pela valorização que o capital deposita em certas formas de trabalho, reificados nos postos de trabalho do mercado de empregos.

Sousa aponta que *“Numa economia capitalista, o nível do emprego está relacionado com a demanda de mão de obra que é utilizada na produção de mercadorias, ou seja, bens e serviços que, além de serem úteis, possuem ‘valor de troca’, ou seja, destinam-se ao mercado, não servindo exclusivamente para autoconsumo” (Sousa, 1981, p. 9).*

Decorrente das transformações do mundo do trabalho, essa relação já não se cumpre. Outros eram os tempos em que o trabalhador tinha consigo como bem de sua propriedade sua força de trabalho. As reestruturações do mundo do trabalho e suas articulações impactaram as relações sociais e políticas do mundo do homem que vive do trabalho e, na atualidade, isto reflete-se em suas vidas, nas incertezas, na ambigüidade de seus discursos, nos altos índices de

desemprego e na noção que o trabalho tem com suas implicações como categoria em crise.

2.3 Fazendo história no trabalho

A versatilidade e complexidade dos meios tecnológicos como a informática e automatização; a tendência do fluxo dos mercados, que resultam na transnacionalização dos capitais; a adesão, por parte dos governos, à política de minimização dos Estados, privatizando bens públicos de serviços; e a flexibilização que permeia as relações que se constituem nesse contexto demarcam as novas formas de configuração do mundo contemporâneo que se evidencia nas relações sociais do trabalho .

Produto de um processo histórico-social que veio sendo moldado e que se configura num contexto de globalização que subjuga o mundo em seus artificios, recria-se na sociedade o projeto neoliberal que hoje se apresenta como o marco das transformações do mundo do trabalho.

Nesse contexto de amplas inovações, velhos problemas surgem como novos desafios impactando os espaços onde o homem produz e reproduz sua existência, vale dizer, os espaços do trabalho e os modos de viver.

Retrospectivamente, num rápido resgate histórico, pode-se dizer que o trabalho dos homens sempre correspondeu à satisfação de suas necessidades e

que nos primórdios da história da humanidade estas necessidades estavam mais atreladas à sua subsistência, em uma relação muito próxima à natureza.

Na medida em que os homens foram criando novas necessidades e suas formas de organização foram se diversificando, sofisticando também o nível técnico e os instrumentos de trabalho, suas vidas foram se tornando mais complexas, complexificando também as relações que lhe são decorrentes, seja com a natureza ou com outros homens.

Essas inscrições significaram elementos da cultura, representações, formas de existência humana que se transformaram em legado da humanidade e que foram sendo transmitidas de geração a geração.

Dessa maneira foi constituindo-se, entre os homens, um processo de diferenciação, que marcou a história da sociedade e que se construiu atrelada à história do trabalho.

Desse processo surgiram criações sociais que se revelaram em distintas estruturas organizativas da sociedade, noções do trabalho e compreensão do homem, sustentadas em diferentes perspectivas de homem e de mundo e amparadas, em sua legitimação, pelas estruturas ideológicas.

Assim, na incursão desses processos temos que, antigamente, nossa sociedade organizava-se em forma de comunidade e a distribuição das tarefas era disposta hierarquicamente em torno das famílias. Nesse tempo, as

necessidades que os homens tinham eram supridas, principalmente, pelo trabalho na terra.

Os conhecimentos que possibilitaram o cuidado e cultivo sistemático da terra, em conjunto com a diversificação das tarefas, contribuíram para o enriquecimento de um segmento reduzido da população, promovendo uma nova forma de organização da sociedade, uma sociedade que organizou-se hierarquicamente entre senhores e escravos, o mundo clássico da Grécia e de Roma, base da sociedade ocidental. Nesta nova organização, nos diz Hunt & Sherman (1978), a maioria da população era composta por escravos e o trabalho era de sua responsabilidade. Sendo assim, os escravos, na dissidência com os senhores, aproveitavam para si ou destruíam o produto de seu trabalho, repercutindo, dessa forma, na estagnação desta população a que foi se fragilizando, tornando-se fácil presa das tribos germânicas e eslavas.

O declínio do mundo clássico abriu caminhos para um mundo organizado em senhores feudais - proprietários das terras -, servos - trabalhadores da terra - e artesãos - donos dos instrumentos de trabalho.

Grandes mudanças acontecidas entre os séculos XV e XVII desestabilizaram a ordem social vigente, baseada no mundo feudal. O excedente do trabalho agrícola e a expansão do comércio provocaram transformações econômicas que modificaram a estrutura organizacional vigente da sociedade, surgindo daí uma outra figura: a do comerciante, um homem

diferente, um homem que cria e se cria num outro mundo de significações: o mundo capitalista.

As guerras santas, o movimento comercial, a emergência dos burgueses e da classe trabalhadora livres mas sem posse impuseram-se como acontecimentos e como atores que tomaram para si uma parte da história dessa época, constituindo-se como inscrições determinantes das novas formas de organização.

Nesse contexto, os nobres foram perdendo poder e os feudos foram invadidos pelos pequenos burgos, base da nova classe dominante, a burguesia, gerando-se os alicerces do mundo capitalista.

As transformações do trabalho se evidenciaram no deslocamento do trabalho servil da época feudal ao trabalho assalariado. A simples troca de espécies modificou-se para o comércio mediado pela moeda.

O fluxo entre os continentes e as grandes viagens inter-oceânicas, possibilitadas pelos avanços tecnológicos da época, introduziram nesse mundo de trocas a dominação de uns povos por outros e a interseção dos costumes.

Nesse contexto, a categoria trabalho caracterizou-se para os setores dominados, como trabalho forçado e alienado ao serviço dos setores dominantes.

"O regime de trabalho escravo, instituído nas colônias do Novo Mundo, vinculou europeus, africanos, e aborígenes das colônias americanas, produzindo mercadorias,

lucros, mais valia, ou capitais que serviram às revoluções industriais em curso na Europa" (Ianni, 1992, p. 36). Dessa forma, o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo foram constituindo-se como expressões dessa expansão e dominação global.

Percebe-se, então, que a idéia de globalização, que configura grandes repercussões na atualidade, já estava presente no século XVI, quando a sociedade européia (dita hoje ocidental) situava-se como o núcleo do desenvolvimento da humanidade, subjogando os "selvagens" em função de sua cultura "civilizada".

Já foram produto dessas políticas as incursões na América, África e Ásia, resultante de uma política de expansão de domínio e de conquista de terras, norteados por uma racionalidade etnocentrista⁶ própria do pensamento ideológico do Eurocentrismo⁷.

Essas novas condições de reorganização das riquezas condicionaram novas necessidades das classes emergentes, o que resultou na revolução burguesa, acontecimento que teve importância fundamental na nova contextualização da sociedade, pautada não mais nas diferenças de origem social ou parentesco das pessoas, mas nos ideários do liberalismo.

Ideários que foram postulados como os primeiros direitos que os indivíduos inscreveram na história de nossa sociedade, consolidados em torno

⁶ Implica dar valor ao que eu e meu grupo damos valor (Montero, 1992).

⁷ Ter a Europa como centro do mundo. (Dieterich, 1995).

das reflexões de Hobbes, Rousseau e Locke. Trata-se dos direitos à vida, à liberdade e à propriedade.

Na concepção de Hobbes, o homem estava em constante guerra com os outros homens, sempre ameaçado e sua vida e a posse da terra não tinham garantias preservadas.

Para Rousseau o homem vivia na natureza, num estado de felicidade original, que se modificou via apropriação da terra pelos homens, originando o conflito entre eles pela propriedade privada.

Sobre essas reflexões postulou-se a necessidade de uma ordem social que desse maior segurança aos indivíduos e que, além disso, concedesse legitimidade às novas classes emergentes.

Dessa forma surge o contrato social, significando a passagem do estado de natureza para o estado civil, na constituição dos direitos que os homens têm à vida e à liberdade como direitos naturais.

Por intermédio do contrato social os homens pactuaram renunciar à liberdade natural e concederam a um soberano o poder de criar e aplicar leis, com o intuito de preservar os direitos de todos os indivíduos. Desse pacto, nasce o Estado, entidade na qual os indivíduos, a partir do contrato social, cedem seus poderes, mas não cedem sua individualidade. Declarando-se os homens livres e autônomos, o poder do Estado só pode assentar-se no

consentimento deles, e a obediência que lhe é devida só pode resultar de uma obrigação auto-assumida, isto é, do contrato social.

Mas isso não foi suficiente para as necessidades dos burgueses que precisavam de maior legitimidade diante da realeza do antigo regime. Nesse sentido, Locke contribuiu com sua concepção de direito natural da propriedade privada, enquanto bens adquiridos pelo trabalho. Locke assinala: *“Deus (...) é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. Este, como obra do trabalhador divino, a ele pertence. É seu domínio e imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto. Por todos esses motivos Deus institui, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada como fruto legítimo do trabalho. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural”* (Locke apud Chauí, 1995, p. 401).

Na nova estrutura social todo homem tem em si mesmo uma propriedade e por isso todos os homens, considerados individualmente, são iguais entre si. Cada um pode fazer o que bem entender com seu corpo, enquanto é de sua propriedade. Sendo o homem dotado de vontade e liberdade, ele é livre para empregar seu corpo no trabalho e usufruir dos ganhos de seu trabalho, tendo como limite dessa liberdade seu próprio corpo que, por ser uma propriedade, tal como as propriedades alheias, deve ser preservada.

O fato de não ter outra propriedade que não seja o próprio corpo é explicado pela ideologia dominante como consequência de atributos pessoais atrelados ao desperdício, à preguiça e à irresponsabilidade.

“...Desde então, ser alguém pressupõe tornar-se alguém. (...) O desaparecimento das formas de propriedade feudais e comunais, a apropriação individual do próprio corpo – que liberto das obrigações e separado da terra convertia-se em força de trabalho – asseguravam as bases econômicas da existência individual independente. Finalmente, a competição no mercado de bens e de trabalho projetava a individualização como ideal e pré-condição para a realização do sujeito no contexto da vida em sociedade” (Figueiredo, 1991, p. 20).

Foi no trabalho dos outros que a nova classe emergente, a burguesia, se consolidou, estruturando-se, também, novas formas de organização.

Sendo o direito à propriedade um direito natural, as diferenças entre os homens anteriormente demarcadas pelas linhas parentais passaram a deslocar-se à posse dos bens materiais. Assim, destituindo a nobreza que não trabalhava e diferenciando-se dos pobres que trabalhavam mas não tinham propriedades, a burguesia inscreveu-se como classe dominante, consolidando as bases do mundo contemporâneo.

Dessa forma o Estado constitui-se no maior guarda da propriedade privada e nem a sociedade nem os indivíduos estão mais submetidas à vontade

de um ser supremo. O indivíduo só está submetido às leis naturais, sendo liberdade, igualdade e fraternidade consideradas como idéias universais.

“Com as idéias de direito natural dos indivíduos e de sociedade civil (relações entre indivíduos livres e iguais por natureza), quebra-se a idéia de hierarquia. Com a idéia de contrato social (passagem da idéia de pacto de submissão à de pacto social entre indivíduos livres e iguais) quebra-se a idéia da origem divina do poder e da justiça fundadas nas virtudes do bom governante” (Chauí, 1995 , p. 403).

Confirma-se, assim, a Modernidade que, segundo Touraine (1995), surge para ordenar o mundo, substituindo a arbitrariedade e a violência pelo estado de direito e pelo mercado segundo os ditados da razão.

Configurada, a Modernidade, a partir dos ideários do Estado Liberal e nos intuitos da racionalidade, realizou-se a partir desses eixos num projeto de constituição de sujeitos que vai se demarcar em um homem que se visualiza como construtor de si e de seu próprio mundo. É, segundo Figueiredo(1991), o cimento do sujeito moderno que emerge da grande ruptura de tradições anteriores.

Nesse contexto: *“a imagem do homem dominante era a do indivíduo capaz de discernimento, capaz de cálculo na defesa de seus interesses – que a longo prazo convergiam para os interesses gerais - , capaz de independência em relação à autoridade e à tradição: esta é a imagem legada pelo iluminismo e presente no liberalismo clássico do início do século XIX” (Figueiredo, 1991, p. 21).*

Inscribe-se, assim, o pensamento racional e instrumental inscrito no individualismo, substituindo a racionalidade dos valores cunhados nas moralidades comunitárias. Pensamento racional e instrumental que concorre com um pensamento restaurador, romântico, de cunho católico e místico, que numa crítica aos referenciais perdidos, rejeitava o projeto da burguesia e a concepção do homem racional sustentando a idéia de um homem passional e sensível.

Foi nessas contraposições que os sujeitos constituem-se no projeto sócio-cultural da modernidade, num processo cunhado entre os séculos XVI ao XVIII que, a partir desse período, coincide com o capitalismo, enquanto forma de produção que se estabelecem entre o capital e o trabalho.

Sujeitos que foram cunhados num distanciamento das crenças e dos dogmatismo e numa aproximação à ciência e à tecnologia. E que, decorrentemente, de acordo com a Touraine (1995) significaram um atrelamento da modernidade e da razão a uma visão racionalista do universo e da ação humana, o que implicou uma concepção puramente instrumental da racionalidade.

Saliba (1994) aponta que a noção de trabalho inaugurada nesse contexto possibilitou uma vida autônoma e autenticamente humana. De condição privada assimilada ao reino da necessidade, as dimensões do trabalho passaram a conformar o reino da liberdade. Aquilo que impedia a autonomia dos homens passa a ser sua condição de liberdade e dignidade, mas que nessas

condições realiza-se segundo Weber como *“Trabalho ‘livre’, desvinculado dos laços feudais, regulado pelo mercado e não mais orientado imediatamente para o uso concreto, mas dirigido pela ‘tortura da fome’ (Weber apud Offe, 1989, p. 6).*

Nesse contexto o trabalho é significado como forma pura, fundante da ciência sociológica. Num processo de diferenciação e purificação que, segundo Offe: *“...tornou possível pela primeira vez na história, ‘personificar’ ‘o trabalho na categoria social do ‘trabalhador’.* Isto significa a separação entre a esfera doméstica e a esfera da produção, a divisão entre propriedade privada e trabalho assalariado” (Offe, 1989, p. 6).

Ao dividir-se o trabalho, este converte-se num poder estranho que subjugava o homem, transformando o produto de sua ação num objeto superior. E é desse processo de contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que este último, através do Estado, adquire uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais (Marx, 1996).

Trabalho que se impõe, no percurso da história, aos indivíduos como sofrimento, tortura, imposição e exploração e que vai ser reivindicado pelo pensamento marxista na denúncia das classes sociais e na aclamação da luta de classes, inspiração do movimento proletário.

Lutas que possibilitaram a efetivação das promessas da modernidade, e que, de alguma maneira, se efetivaram, entre um pensamento naturalista de direitos e um pensamento histórico de revolução, transformação e evolução social. Conquistas de direitos sociais que a classe trabalhadora conseguiu nas

relações de trabalho, na segurança social, na saúde, na educação e no emprego, numa história de lutas, reivindicações e concessões dadas entre o movimento dos operários, o regime taylorista - fordista e o keynesianismo⁸.

Assim, as reivindicações cidadãs se deram no marco das lutas da classe trabalhadora, ampliando os direitos civis e políticos para os direitos sociais. Dessa forma a classe trabalhadora foi o motor propulsor de vários direitos que se alongaram para a sociedade como um todo. Nesse sentido, Santos (1997) assinala que o fato das lutas operárias darem-se no contexto da democracia liberal submeteu os trabalhadores à custódia do Estado. As reivindicações adquiridas se confundiram com as concessões concedidas e o movimento trabalhista foi perdendo coesão e força política.

Nos últimos anos as contradições agudizaram-se pela implementação de novas formas de apropriação capitalistas, configuradas em torno da acumulação flexível.

“A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de

⁸ Taylorismo é a redução da organização do trabalho a tarefas simples e repetitivas de maneira a exigir dos trabalhadores uma menor qualificação. Henry Ford aplicou esta concepção de organização em suas fábricas dispondo os trabalhadores ao redor de uma linha de montagem em série, onde cada trabalhador faz uma parte do trabalho, executando repetidamente a mesma tarefa. Esta modalidade de trabalho passou a chamar-se fordismo.

O keynesianismo nasceu da postulação de John Mynard Keynes da intervenção do Estado no sistema econômico, de maneira a garantir, através de gastos públicos, o nível de

inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão espaço tempo' no mundo capitalista – horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado” (Harvey, 1993, p. 140).

A sintonia com esse projeto global efetiva-se no plano político e econômico a partir das políticas neoliberais que, no ajuste ao estado mínimo, encontram-se hoje numa escalada de privatização dos órgãos públicos.

Com as políticas neoliberais de Estados mínimos, ajuste autônomo dos mercados e com o desenvolvimento sofisticado das tecnologias, a sociedade assume uma configuração que se destaca pela exploração global dos capitais, concomitante com a eliminação do trabalho produtivo.

Com a automatização, provoca-se uma cisão entre produto e força de trabalho, pois já não é necessário o homem para produzir bens e serviços e, com o desenvolvimento da informática e das comunicações, liberam-se as fronteiras para um mercantilismo global rápido, eficaz e flexível. “...a consagração mundial

demanda da economia, como forma de evitar as crises cíclicas do capitalismo (Revista Teoria & Debate, p. 12. abr/ mai/jun 96).

da lógica econômica capitalista sob a forma neoliberal e a conseqüente apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo e da mercantilização das relações sociais; o fortalecimento sem precedentes da cultura de massas e a celebração de estilos de vida e de imaginários sociais individualistas, privatistas e consumistas, militantemente relapsos a pensar a possibilidade de uma sociedade alternativa ao capitalismo ou sequer a exercitar a solidariedade, a compaixão ou a revolta perante a injustiça social” (Santos, 1997, p. 29).

Nesse marco de realidade, as classes trabalhadoras perdem força política e surgem novas práticas de mobilização social que denunciam outras formas de exploração – são os marginalizados, os desempregados, as mulheres, os homossexuais. Destaca-se também a falta de vontade política dos Estados de assegurar o bem-estar de seus cidadãos.

A abertura de fronteiras no mundo global limita-se ao produto e aos executivos do capital. Para os trabalhadores, as fronteiras lhes são fechadas através de rigorosas políticas de imigração.

Santos (1997) aponta a relevância que tem tido, neste processo, o princípio do mercado como regulador da dinâmica econômica, a partir do ajuste natural do movimento de capitais.

Para esse autor todas essas transformações apontam para uma desregulação global da vida econômica, social e política, que se traduz numa série de flexibilidades no plano da vida coletiva, mas que, segundo Offe (apud

Santos, 1997), convivem com uma atmosfera de rigidez e de imobilidade no nível global da sociedade.

Não é falso, portanto, dizer que a globalização da sociedade e os interesses do capitalismo caminham juntos desde seus primórdios e que em seu percurso sempre estiveram ligados à acumulação das riquezas e ao domínio e exploração do homem, em alguns momentos mais, em outros menos, dependendo do jogo das forças, da contingência dos espaços e dos distintos setores envolvidos, inscrevendo-se na história do sujeito e do trabalho, tendo como foco fundamental o deslocamento das forças de dominação, submissão e emancipação, o que revela a natureza política deste processo.

Processo de globalização que traz para os indivíduos grandes desafios, situando num primeiro plano as relações que se instauram no contexto das transformações no mundo do trabalho.

Nesse sentido, instigantes são as postulações de Saliba, ao assinalar que *“Focalizar a atenção na discussão que vincula as dimensões do trabalho e as outras esferas e práticas sociais requer uma reflexão que questione não só a idéia da figura abstrata do trabalho e do trabalhador em sua ‘pureza’ e autonomia, tal como foram tematizados, como observa Offe, pela sociologia clássica, pensando seu próprio tempo. Essa discussão exige que se considere o trabalho humano em toda sua complexidade”* (Saliba, 1994, p. 183).

E, assumindo as palavras dessa autora, focalizei esta pesquisa num plano da dimensão das transformações do mundo do trabalho: sua incidência na

constituição dos sujeitos enquanto significações que estes aportam aos processos de privatização de seu espaço de trabalho e a suas condições de empregabilidade.

CAPÍTULO 3

Reflexões Teóricas - Metodológicas

“O saber psicológico deve colocar-se ao serviço da sociedade, onde o bem estar dos menos não se assente sobre o mal estar dos mais, onde a realização de uns não requeira a negação de outros, onde o interesse dos poucos não exija a deshumanização” (Martín-Baró)

3.1 Escolhas teórico-metodológicas

Abordar um tema de pesquisa, em especial no âmbito das ciências humanas, implica certas escolhas que, de início, apontam aspectos filosóficos e metodológicos.

Essas considerações iniciais são apropriações suscitadas das reflexões de Shuare que, nesse sentido, destaca que *“Qualquer teoria científica, em especial das chamadas ciências humanas responde a uma concepção geral sobre a essência do homem, sua origem, a natureza do conhecimento. Por isso, os resultados concretos e os princípios básicos de qualquer teoria científica não podem deixar de expressar uma determinada concepção de mundo e um certo enfoque filosófico”* (Shuare, 1990a, p. 13).

Isso revela-se em nosso cotidiano da prática investigativa, na busca de teorias que venham ao encontro de nosso olhar sobre o mundo e de homem, seja na forma de conhecê-los como de entender sua origem. Processo dialético, posto que nosso pensar já esta imerso em teorias que incitaram nossa reflexão.

Desses pronunciamentos iniciais desdobram-se alguns postulados fundamentais que conformam o marco delimitador da prática desta pesquisa.

De início, a escolha de uma proposta de pesquisa, a partir de alguma perspectiva teórico -metodológica, denuncia uma dimensão subjetiva que desvirtua a ilusão da objetividade, como forma exata de conhecer.

Sendo a ciência uma prática social, não é possível omitir que implica escolhas, posto que o âmbito no qual elaboramos nosso aprendizado está inserido num espaço sócio-político e cultural que envolve nossa subjetividade.

No entanto, a objetividade revela-se fundamental na rigorosidade dos procedimentos em relação ao referencial teórico e metodológico adotado.

Nesse ponto, é importante ressaltar a dimensão metodológica de toda teoria e a dimensão teórica de toda metodologia, estratos que se revelam nos diferentes níveis metodológicos da ciência. Nesse sentido Shuare nos diz, referindo-se às palavras de Yundin que *"...o nível superior o constitui a metodologia filosófica cujo conteúdo são os princípios gerais do conhecimento e o sistema de categoria da ciência como sistema de premissas e princípios orientadores da atividade cognoscitiva"* (Shuare, 1990a, p. 13).

Ainda Yundin vai alertar que *"O nível filosófico da metodologia não funciona em forma de um sistema rígido de normas e receitas ou de procedimentos técnicos... Senão como sistema de premissas e orientações da atividade de conhecimento"* (Yundin apud Shuare, 1990a, p. 13).

Sendo a definição teórica fundamental para a orientação metodológica, a construção teórica pressupõe como condição necessária os instrumentos conceituais do sujeito cognoscente (Rey, 1996).

Como assinala Rey (1996), embora o metodológico seja um momento teórico em si mesmo, existem diferenças nas funções de ambos os momentos do conhecimento científico. O metodológico, para esse autor, refere-se a todas as idéias, métodos e técnicas que definem a especificidade de como abordar nosso objeto de investigação.

Essas postulações adquirem relevância nesta pesquisa, posto que a opção de trabalhar com a perspectiva do materialismo histórico e dialético como referencial teórico requer uma metodologia que lhe seja decorrente, tal como assinala Frigotto (1989): *“... o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais”* (Frigotto, 1989, p. 77).

3.2 Alguns Desdobramentos

O método na perspectiva do materialismo histórico e dialético implica em investigar o que se encontra por detrás de qualquer fenômeno social. Considerando que temos acesso a uma dimensão superficial da realidade, cabe instigar nossas interrogantes na dialética dos processos, o que implica

considerar a interdependência dos fenômenos e a evolução não linear e contraditória destes.

Nesse sentido, revela-se fundamental a historicidade dos processos, sendo que, nas palavras de Kosik, esse caráter histórico: *“...é um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação dos fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos”* (Kosik, 1976, p. 45).

Revela-se também fundamental nesta perspectiva a dimensão de totalidade, pois, como nos diz Konder: *“Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada”* (Konder, 1981, p. 36).

A noção de totalidade constitui-se uma das bases da perspectiva dialética e aponta para a necessidade de estudar nosso objeto: o sujeito no contexto de suas relações sociais, considerando os aspectos políticos e culturais.

Essa necessidade está voltada, como assinala Kosik, a que *“Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado”* (Kosik, 1976, p. 25).

Destes pressupostos deriva-se a dimensão metodológica do conceito de totalização, no sentido de ter que considerar-se o nível de totalização necessário

para o estudo de uma realidade. Contudo, Konder aponta ao perigo de uma dispersão que pode nos levar à perda de nosso objeto.

Contribuem para a pesquisa as palavras de Frigotto enquanto define esta prática como *“... a capacidade de distinguir e, ao mesmo tempo, trabalhar unitariamente as determinações estruturais e o movimento conjuntural, bem como as mediações necessárias e orgânicas, e as mediações secundárias. O problema está, pois, na capacidade do pensamento, pela pesquisa e análise, de abstrair o movimento da realidade histórico-social, apreendendo as forças e determinações que o produz”* (Frigotto, 1995, p. 195).

A ênfase metodológica está então, na análise que permitirá, a partir do empírico, do aparente, do estático e da recuperação do processo histórico, chegar ao essencial, ao concreto. Isso é possibilitado, na constituição dos sujeitos, pela incursão nas categorias psicológicas, que podem ser apreendidas, de alguma forma, a partir da linguagem.

3.3 Um lugar para pesquisar: a ELETROSUL, uma empresa pública

A definição dos espaços públicos e privados no que concerne à energia elétrica no Brasil tem no ano 1934 uma de suas inscrições mais importantes. No dia 10 de julho de 1934, foi definida constitucionalmente a intervenção estatal na exploração das riquezas naturais e quedas de água, promulgando-se o Código de Águas que regulamentou o setor de águas e energia elétrica.

Estabelecia-se, assim, o aproveitamento de todas as fontes de energia hidráulica, cedendo sua concessão, inclusive as que tinham controle privado, ao presidente da República, atribuindo-se, assim, ao poder público o controle sobre as concessionárias de energia elétrica, na fiscalização técnica, financeira e contábil. (Borenstein, 1996).

Dessa forma definiram-se as responsabilidades do Estado na infraestrutura necessária para a industrialização, em especial nos setores considerados estratégicos, ficando para o setor privado os setores que não fossem atendidos pelo Estado.

O Plano estatal para regulamentar a distribuição de energia só se concretizou como Eletrobrás no ano de 1961, devendo-se a demora à forte oposição dos interesses estrangeiros e dos setores nacionais que cooperavam com eques, na oposição ao caráter de plena intervenção estatal que definia o plano de eletrificação (Medeiros apud Borenstein, 1996).

Nesse marco, cria-se a Eletrobrás como a estrutura organizacional que exercia suas funções na coordenação, planejamento da expansão e da operação do sistema elétrico, da gestão financeira e empresarial e na articulação do setor com a indústria por todo o território nacional (Rodrigues apud Borenstein, 1996).

Por outro lado, anteriormente, no ano de 1961, já atuavam no sul do país subsidiárias do grupo americano American & Foreign Power Company (AMFORP), que compartilhavam espaços com estatais no setor elétrico que, a

partir daí, passaram a intervir cada vez mais no setor, diminuindo a ação privada.

No andamento do projeto, constituiu-se em 23 de dezembro de 1968 a empresa Centrais Elétrica do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL) como sociedade anônima de economia mista, subsidiária da Eletrobrás. Tinha como objetivo realizar estudos e projetos, construir e operar usinas produtoras e linhas de transmissão de energia elétrica na Região Sul, integrando seu sistema com o resto do Brasil.

Com sede em Brasília, a ELETROSUL tinha seu escritório central no Rio de Janeiro. De estrutura inicial pequena, mas com disponibilidade de recursos e autonomia, recrutou os melhores profissionais da área.

Em 1975 foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia a transferência da sede e do escritório central da empresa para Florianópolis, capital catarinense, fato que se concretizou no ano 1976.

A ELETROSUL fornece 95 % da energia de Santa Catarina, gerando e transmitindo energia, também, para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. Opera 6 grandes usinas, 27 subestações, num total de 8.566 Km.

A escolha desta empresa foi definida por ser esta uma entidade que, além de encontrar-se num processo de re-estruturação produto do processo de privatização do setor, tem grande presença na cidade de Florianópolis, sendo

uma empresa que presta serviços públicos e contribui com diversas obras sociais e comunitárias. A mesma caracteriza-se por ter em seus quadros funcionários de alta competência profissional, a maioria forasteiros em procura de boas condições de trabalho e melhores perspectivas de vida. Indivíduos que, de uma ou outra forma, foram se inserindo nos distintos setores da população, promovendo mudanças, seja pelo impulso econômico que injetaram na cidade, seja pela contribuição cultural, pois promoveram a interseção de outras formas de vida que se integravam ao convívio da Ilha.

3.4 O assunto em si: um jeito de pesquisar

No pressuposto que todo sujeito é mediação da sociedade em que está imerso e que, de uma ou outra maneira, expressa a sociedade na qual está inserido, os sujeitos que participaram desta pesquisa tiveram como único requisito ser funcionário da ELETROSUL e estar dispostos a colaborar com seus depoimentos.

A coleta de dados foi feita mediante entrevistas semi-estruturadas, visando a explorar os discursos dos sujeitos mediante o resgate do significado das enunciações.

Nesse sentido, foram importantes, para esta pesquisa, as postulações de Orlandi, que afirma que o texto (o que se diz) “...não é a soma de palavras, não é soma de frases, não é a soma de interlocuções, e tampouco esgota-se em seu espaço fechado. Tem relação com a exterioridade, com as condições em que se produz, com

outros textos. (...) O conceito de discurso despossui o sujeito de seu papel central para integrá-lo no funcionamento dos enunciados, dos textos, cujas condições de possibilidade são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas. Não se pode apreender, no discurso, um sujeito em si, mas sim um sujeito constituído socialmente pois não são só as intenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer” (Orlandi, 1988., P. 10).

Os processos discursivos, comenta Orlandi (1988), não têm origem nos sujeitos. Os sujeitos, estão inseridos em uma sociedade, em uma cultura e nessas relações são atravessado por vários discursos, dos quais estes se apropriam.

Os recortes escolhidos foram organizados procurando uma lógica de contrapontos que possibilitasse a exposição dos diferentes sentidos atribuídos pelos indivíduos a suas trajetórias e experiências no mundo do trabalho, focalizando, além disso, formas de ação e reflexão que se articulam nesse processo.

Ainda na seleção dos recortes desses depoimentos foram importantes as inquietações teóricas relacionadas às temática estudadas, que podem ser definidas, por um lado, como o lugar que esta sendo dado ao trabalho na vida dos sujeitos e, por outro, pelo sentido que este tem na experiência concreta da vida dos homens entrevistados.

O primeiro contato com a empresa e a primeira entrevista foram realizadas com a colaboração de um funcionário, a quem procurei em seu

domicílio particular e expus os propósitos da pesquisa. Concordando em colaborar esse funcionário possibilitou as condições de acesso à empresa, apresentando-me nas diferentes áreas. As posteriores entrevistas dependeram das oportunidades que surgiram entre os funcionários que consegui contatar em minhas visitas à empresa.

Ao todo foram entrevistados nove funcionários, que ingressaram na empresa entre 1977 e 1987. Quatro dos entrevistados pertencem à área de gerência e administração e cinco à área técnica. Destes últimos, um é sindicalista ativo e dois são ex-sindicalistas.

Outros dados mais específicos foram reservados para salvaguardar a identidade dos entrevistados.

As entrevistas foram realizadas num momento crucial, maio de 1998, poucos meses antes de acontecer a privatização, efetivada em setembro do mesmo ano.

As entrevistas focalizaram elementos históricos, conjunturais e pessoais dos sujeitos, articuladas ao tema do trabalho e suas transformações. Nesse recorrido foram abordadas as temáticas da empresa, do trabalho, da privatização e do emprego.

As entrevistas foram marcadas com antecedência, e dependendo das possibilidades do entrevistado. Em cada caso foi exposto que se tratava de uma pesquisa da área da Psicologia e que tinha como intuito investigar como eles -

funcionários da ELETROSUL - significavam as transformações de seu meio de trabalho. Postulei também a condição de sigilo de suas identidades e, como condição de validade da pesquisa, procurei não influenciar nos depoimentos.

Para a análise foi feita a transcrição das entrevistas e, posteriormente, a classificação das falas por temáticas, agrupadas de acordo com o tema e as tendências do discurso.

A necessidade de ir preenchendo de sentido o tema escolhido e as falas emitidas tornou necessário contextualizar as temáticas e resgatar a história do processo em questão. Tarefa que fiz no entretempo das entrevistas e que significou desenvolver alguns conceitos fundamentais, tais como a reflexão sobre “o sujeito” e os conceitos de trabalho, emprego, privatização, entre outros. Processo que viabilizou uma melhor compreensão do que se pretendia investigar enquanto interpretação das falas e elaboração da análise no contexto.

O material histórico e teórico que surgiu das exigências desta pesquisa foi organizado e posto à disposição neste trabalho nos capítulos 1 e 2.

A análise das falas foi elaborada articulando sua inscrição no pensamento ocidental no qual foram inscritas. Os próprios depoimentos recolhidos foram indicando a forma de estruturar o trabalho. Desse modo, foram-se produzindo os temas que deram o sentido que consegui dar a este trabalho.

CAPÍTULO 4

O Sentido que Dá Sentido: um processo de apropriação

"As estruturas da psique humana, as estruturas das sociedades humana e as estruturas da história humana são fenômenos complementares inseparáveis e só podem ser investigadas numa relação de interdependência" (Elias, 1990, p. 56).

4.1 Vozes que se revelam no sentir e no pensar

Este capítulo resgata a fala de sujeitos que falam de si, do outro e das relações que os produzem, evidenciando o homem histórico-cultural, que se constitui no e pelo trabalho e que se pretende conhecer, como assinala Góes, pela *"...mediação pelo outro e produção de significados e sentidos em relação a objetos culturalmente configurados"* (M. Cecília R. Góes, 1995, p. 23).

Vozes que pertencem aos nove indivíduos entrevistados e que, na divisão do trabalho, inserem-se em diferentes áreas de uma empresa, mas que têm em comum o fato de vivenciar o impacto das modificações do mundo do trabalho, no processo da privatização da empresa em que se inserem, fato que se efetivou no transcurso desta pesquisa.

Falas que nos mostram uma história, um percurso, certas necessidades, algumas escolhas. Vozes que se revelam como mediação da sociedade *"Entendendo-se mediação como uma relação de identidade e oposição entre dois pólos,*

em que um expressa o outro, mas um não é o outro, e entendendo-se que nessa relação o todo se encarna em suas mediações particulares, a relação indivíduo/sociedade passa a ser vista como uma relação de mediação” (Bock, 1995, p. 15).

Depoimentos que são desenvolvimentos históricos, arraigados em condições determinadas, numa cultura e numa experiência vivida. Apropriações particulares geradas por motivações que têm sua gênese nos espaços sociais.

Falas que, por serem inscrições históricas e culturais, têm suas raízes no desenvolvimento da história da sociedade e do homem e, portanto, são de alguma maneira traços, signos de uma época, de algum lugar. Expressões que evidenciam uma totalidade e que se concretizam nestes indivíduos.

Vozes que, configuradas a partir de uma totalidade, inscrita histórica e culturalmente, dão sentido ao sentido que lhes possa dar a apropriação que faço de suas falas.

4.2. A busca de um lugar de trabalho:

Na época em que a empresa instalou sua sede central em Florianópolis, além de vir pessoal que já trabalhava na empresa, especialmente do Rio de Janeiro, também ampliaram-se as vagas para o ingresso de novos funcionários. Eram pessoas de distintos lugares que escolheram trabalhar na ELETROSUL.

Nesse sentido, as significações que se suscitaram em relação às motivações e necessidades que promoveram a escolha da ELETROSUL como lugar de trabalho se configuraram em sentidos que tinham como ponto fundamental as condições de vida, as possibilidades que o trabalho dava para modos de viver satisfatórios e no qual a família, os filhos, os laços afetivos apareceram como as “razões” mais prevalecentes para essa escolha.

Esses rumos dos depoimentos podem visualizar-se nos seguintes depoimentos:

“...eu recebi um chamado telefônico daqui, de Florianópolis, oferecendo-me emprego na ELETROSUL . (...), vim só para conhecer o lugar, ver a empresa, um pouco do assunto. E aí então me submeti a uma série de exames técnicos, psicológicos e depois médicos e finalmente vim para cá. Comecei a trabalhar aqui na empresa, fundamentalmente pelo seguinte, porque eu queria um lugar mais ...que tivesse um trabalho mais tranquilo, porque o trabalho que eu desenvolvia na época era um trabalho muito complicado, com uma pressão muito grande que tinha em cima do profissional sabe? E uma outra coisa é que eu já estava ficando velho para continuar trabalhando na rua” (Entrevistado 1).

Embora nosso entrevistado refira-se a alguns motivos que justificam a mudança do local de trabalho, escolher outro lugar de trabalho foi impositivo, pelos problemas sérios da empresa onde trabalhava anteriormente, que não lhe deixavam outra alternativa. A oferta de trabalho para a ELETROSUL chegou na hora certa mas, para nosso entrevistado, outros problemas surgiram:

“Não gostei do trabalho porque eu tinha um ritmo muito violento e cheguei aqui e o pessoal andava... O ritmo era completamente outro. Isso me causou problemas sérios. Eu estive várias vezes por ir embora, não fui porque minha esposa e as crianças gostaram daqui, o que é natural. Para mim foi difícil” (Entrevistado 1).

A decisão da mudança do lugar de trabalho provocada pela instabilidade do trabalho anterior é assumida como decisão pessoal, justificada pela necessidade de um lugar mais tranqüilo para trabalhar, embora fora essa a característica que fizera com que não gostasse do novo emprego, ficando assim evidente a contradição de nosso entrevistado. Na disjuntiva das escolhas foi mais importante o bem-estar de sua família, o agrado desta com o novo lugar, as boas perspectivas e o fato de considerar Florianópolis um lugar bom para as crianças. Assim, as reticências de nosso entrevistado ficaram em segundo plano. Ao final, o que estava em jogo era a necessidade de um trabalho que assegurasse o bem-estar da família e isso era viabilizado através de um emprego na ELETROSUL.

Outro depoimento em relação à escolha da ELETROSUL como lugar de trabalho é retratado pelo seguinte entrevistado:

“Eu cheguei através de um edital (...) fiz o concurso, passei em terceiro lugar. Um concurso onde tinha mais de...centenas de interessados, né? E mesmo assim consegui uma vaga, fiquei no cadastro de reserva. Após um ano, quando já ia expirar o prazo de validade, eu fui chamado (...) Florianópolis era uma cidade muito provinciana em 77, muito pequena ainda. E a ELETROSUL era...era uma empresa com a fama de pagar muito bem. ...eu era uma espécie de gerente de uma outra empresa e..., joguei tudo pro alto, em nome desse futuro... eu vim para cá, digamos, até ganhando menos do que eu estava ganhando lá, mas com possibilidade de progressão muito grande” (Entrevistado 3).

A possibilidade de perspectivas mais amplas para o futuro, na fala desse entrevistado, resultou na escolha desta empresa (ELETROSUL).

Nesse caso, as expectativas de nosso entrevistado estavam cifradas na busca de melhores oportunidades pessoais, de possibilidades de progresso. Nesse sentido, acreditou nessa opção apostando num emprego na ELETROSUL. Poder-se-ia dizer que suas perspectivas foram cumpridas, pois nosso entrevistado manifesta estar satisfeito com seu trabalho e destaca a seriedade da empresa nos compromissos de salários com os funcionários.

“Eu acho que a empresa é extremamente séria. Eu não me recordo nem um dia sequer, em vinte anos de trabalho, que se atrasasse um pagamento de salário, sempre paga muito bem, ela acompanha a média do mercado” (Entrevistado 3).

As motivações expostas por esse entrevistado são diferente do anterior mas, de igual forma, trata-se, também, de questões ligadas às necessidades pessoais, ou seja, a de ter melhores condições de segurança, de estabilidade e condições econômicas que possibilitem um futuro melhor.

Outro depoimento é dado em relação à inserção na empresa:

“Na época eu vim na busca de abertura profissional, eu estava começando uma profissão, o mercado profissional, para mim, não estava tão delineado e vim procurar alguma coisa por aqui, na expectativa de ficar dois anos. Isso foi em 74, há 25 anos” (Entrevistado 5).

Prosseguindo neste depoimento, ficaram evidentes outros interesses:

“...eu trabalhava numa outra cidade de Santa Catarina, quando pintou a oportunidade de vir para cá, e que minha enamorada trabalhava e morava aqui, juntei o útil ao agradável” (Entrevistado 5).

Assim, essas falas e também outras manifestaram que os motivos de vir a trabalhar na ELETROSUL estavam sempre ligados a suas condições pessoais, e

nesse sentido é que suscitaram minhas reflexões do trabalho como forma de viver, ou seja, o trabalho como central no cumprimento de nossas necessidades.

4.3 O trabalho como forma de viver

Poderíamos dizer que o trabalho tem sua importância, antes que mais nada, pela função que cumpre em nossa sociedade enquanto viabiliza as condições necessárias para um bom (ou mau viver). Assim, essas falas evidenciam uma relação com o trabalho que encontram-se com as reflexões de Heller (1991), ao nos dizer que: *“o homem percebe e manipula o mundo no qual nasce partindo sempre de si mesmo”* (Heller, 1991, p. 36). No entanto, nos diz a autora, o homem, ao cumprir essas necessidades sintetiza-as como subjetivas e as contrapõe ao meio circundante. Nesse processo revela-se o homem social, constituído nas e pelas relações que estabelece na consecução de suas necessidades.

Minhas expectativas de que a fala dos sujeito entrevistados pudessem trazer elementos mais genéricos se diluíram na evidência concreta da prevalência que tinham, para esses, suas famílias, seus modos de viver, a manutenção de um sistema de vida. Isso é mais emergente na medida em que nas formas organizativas do capitalismo, inscritas no processo histórico, as possibilidades de satisfação das necessidades são articuladas com o cumprimento de uma função na sociedade, ou seja, na medida em que *“se é alguém”*, se tem uma profissão, algo para oferecer, assim acede-se ao que é

necessário para viver, pelo menos, para os homens que vivem de seu trabalho (a grande maioria). Nesse sentido, a inserção dos indivíduos na sociedade exige desses capacidades, conhecimentos e qualidades já desenvolvidas e cultivadas na apropriação dos elementos da cultura.

Portanto, poderíamos assumir as palavras de Vygotski quando nos diz que *“O próprio pensamento não toma origem em outro pensamento, senão na esfera motivacional de nossa consciência, a que abrange nossos desejos e necessidades, nossos interesses e motivos, nossos afetos e emoções. Por trás do pensamento se encontra uma tendência afetiva e volitiva, a única que pode dar resposta ao último ‘por que’ na análise do pensamento”* (Vygotski apud Shuare, 1990b, p.80).

O trabalho realizado a partir do particular, segundo Heller (1992), afasta-se de sua concepção econômica ou sociológica, aproximando-se da vida cotidiana. A vida cotidiana é a reprodução do particular, e, para reproduzir-se a si mesmos, os homens precisam trabalhar. Nesse sentido o trabalho é uma atividade cotidiana.

Mas o trabalho é, em primeiro lugar, uma categoria social. *“Pressupõe homens que não podem viver sem contribuir com a produção de bens, homens para os quais é impensável uma atitude puramente consumista para com a sociedade. O trabalho que tem se transformado numa necessidade vital pressupõe uma atitude moral para o labour dos homens livres”* (Heller, 1991, p.127).

O trabalho é uma atividade genérica do homem, enquanto proporciona as bases materiais do desenvolvimento social. Sendo assim, vale esclarecer que o

fato do trabalho ser uma ocupação cotidiana e uma atividade imediatamente genérica que supera a cotidianidade deriva-se, segundo Heller, da especificidade ontológica do trabalho e não tem relação direta com sua alienação.

O fato do trabalho ser feito cotidianamente nada nos diz sobre sua alienação, embora, dadas as condições em que se desenvolve o capitalismo, cada vez mais o trabalho se caracteriza como alienado.

Alienação que, de acordo com Heller (1991), não diminui obrigatoriamente nem quando o trabalhador se sente à vontade no trabalho, pois, como aponta Heller, a ciência manipulada das "human relations" tenta precisamente dar uma aparência agradável ao "*lavour*", removendo somente o sentido da alienação e não a alienação propriamente dita.

Desse modo, o trabalho apresenta-se não livre de níveis de alienação⁹, mas tampouco alheio à genericidade¹⁰. Produto de reflexões, determinações, escolhas, aproxima-se ao humano genérico quando produz bens que abrangem necessidades sociais, ou quando requer competência e reflexão que não são próprias da cotidianidade . Ou ainda, quando as motivações particulares

⁹ Foi definida, segundo Marx, na p. 26.

¹⁰ Genericidade é um termo utilizado por Heller (1991) que se refere à apropriação, pelos homens, das objetivações que representam o gênero humano. Nestas se encontram os elementos, as bases, as habilidades da sociabilidade de seu tempo; as integrações que os homens constroem, como a sucessão histórica dos conceitos, a polis, o povo, os meios da sociedade que mediam as relações humanas como os meios de produção, coisas, instituições. Também os meios que encarnam a consciência do gênero humano como as obras de arte, a filosofia e por último as representam as normas e as aspirações abstratas. Todas aquelas objetivações em que se expressa a essência humana - entendida esta não como ponto de partida, mas sim como o resultado da relação ativa do indivíduo com seu meios - herdadas de geração em geração

confundem-se com motivações genéricas, sejam éticas ou estéticas, ultrapassando o mundo do trabalho para os modos de vida, diluindo a condição do trabalho em sua forma pura¹¹, como foi definido por muito tempo.

Assim, o trabalho que se realiza num espaço, em condições determinadas, se revela no concreto da vida dos sujeitos intrinsecamente ligado a seus interesses particulares, aos compromissos afetivos que se cultivaram nos modos de vida familiar.

Nesse sentido, Sawaia aponta que *“Mesmo quando o indivíduo age em nome do bem comum, a atividade implica o exercício da motivação individual. Ninguém é movido por interesses universais abstratos e não se pode pedir ao homem que abandone a esfera pessoal de busca da felicidade. Mas se deve impedir que esta busca cerceie a dos outros ou implique a instrumentalização da alteridade”* (Sawaia, 1995, p. 49).

4.4 Uma história para contar: onde os sujeitos falam de si, da empresa e da sociedade

Os depoimentos que seguem trazem o relato dos entrevistados em sua inserção na empresa. Assim, eles falaram, entre outras coisas, de sua inserção na Ilha de Santa Catarina, enquanto funcionários da ELETROSUL, da empresa como parte do sistema social, político e econômico da época, do percurso do

¹¹ O rápido crescimento quantitativo do trabalho no século XIX possibilitou sua emergência em forma pura, ou seja, livre de outras esferas de vida social (Offe, 1989). Foi assim que o trabalho foi tematizado pela ciência sociológica, livre das esferas domésticas e dos modos de vida.

movimento sindical nesse processo e da intervenção da nova ordem neoliberal e suas repercussões na empresa, nos funcionários e no movimento sindical.

Histórias que precisam, como bem nos diz Elias: “...de uma memória que consegue armazenar o saber adquirido, e como tal também as experiências pessoais de fases anteriores” (Elias, 1990, p. 209). Memórias que lembram a empresa dessa época.

Iniciamos, esta história com o depoimento de um dos entrevistados que fala de sua chegada a esse novo local de trabalho:

“Foi uma época que chegou muita gente e as pessoas vinham de fora, então se tinha um vínculo muito grande com quem você trabalhava (...) tinha um grupo grande de cariocas que vinham do Rio e como não tinham família, não tinham mãe para ir almoçar, então o grupo saía muito junto, não só nas noites, mas durante as horas de almoço, se fazia passeios às cidades próximas, tinha-se um vínculo muito grande entre os funcionários” (Entrevistado 4).

O traslado para Florianópolis significou a necessidade de novas relações sociais. Assim, foram se formando grupos de amizade e de confraternização entre os que recém estavam chegando, o que, de alguma forma, correspondia à necessidade de integração aos novos espaços. De acordo com os depoimentos, o clima entre os colegas era de amizade e solidariedade. Já a inserção na Ilha significou, para estes sujeitos, a confrontação e integração dos costumes, das histórias, tanto dos ilhéus quanto deles próprios. Sendo a maioria dos empregados provenientes de Rio de Janeiro, traziam consigo o arraigo de suas culturas, tendências que, na integração, foram cultivadas nos espaços novos e

que significou uma difícil inclusão deste grupo por parte dos ilhéus, que, por sua vez, tentavam aproveitar ao máximo os novos habitantes da Ilha.

“...aí chegou o pessoal da ELETROSUL , foi um boom na cidade, aí subiu tudo, o preço da escola, não tinha mais casa, o aluguel caríssimo, até problema de empregada doméstica, tudo ficou ...inflacionou tudo e normalmente era um pessoal bem... meio esnobe sabe? E até hoje.. Hoje nem tanto, porque decaiu muito mas até o começo desta década a gente da ELETROSUL era discriminada, o pessoal da ELETROSUL sentia-se discriminado. Eu acho que rejeitaram o pessoal que chegou achando que eram mais que o pessoal daqui (...) Eu via que as pessoas se sentiam muito violentadas pelo pessoal da ELETROSUL que chegava e reclamava de tudo como se fossem donos da cidade” (Entrevistado 4).

A integração na cidade não foi fácil, implicou ter que superar várias dificuldades, conseguir onde morar, o afastamento da família de origem (pais, irmãos), colégios para as crianças, tudo tinha que ser (re) situado de acordo com as novas condições. O mundo do trabalho trazia o desafio da inserção em novos modos de vida que na confrontação e na integração foram configurando-se em elementos novos que se integravam com as novas experiências no âmbito do trabalho.

Assim o próximo entrevistado recorda sua incursão na empresa:

“A empresa, quando eu entrei (1978), era uma empresa com rigor disciplinar muito grande, até pela própria conjuntura da época que era uma ditadura militar. O Brasil passava por uma ditadura militar, então as pessoas eram indicadas de forma coronelesca” (Entrevistado 3).

Nas lembranças desse entrevistado a empresa refletia a situação que a sociedade estava vivendo naquela época. Eram tempos de ditadura (1977 - 1980) a empresa manifestava, em sua cultura, as formas de relações dominantes na sociedade, um sistema de organização hierárquico e impositivo.

“...os chefes e os gerentes estavam muito ligados a um esquema de segurança nacional, se achavam portadores da autoridade que vinha do regime militar e como também não tinham regras muito claras, as pessoas eram os ditadores em suas respectivas áreas, Isso mudou depois” (Entrevistado 9).

Essa forma impositiva de relações de poder permeava as relações que se teciam na empresa, realizando-se na incorporação dos papéis autoritários por parte dos chefes. Assim, refletia-se a realidade social e política que vivia o país, tal como assinala Elias (1990), como uma conexão de funções que os seres humanos têm uns para com os outros. Porque os processos políticos, culturais, sociais permeiam, em sua emaranhada teia, toda a sociedade que, por sua vez, se realiza no mundo pelas significações dos indivíduos.

Obedecendo às políticas nacionais, a empresa tinha em sua estrutura administrativa uma cultura de relações hierárquicas cunhadas no ambiente de autoritarismo que permeava a época, caracterizando-se por políticas nacionalistas que privilegiavam o desenvolvimento estratégico do país e que, portanto, originaram empresas estatais como a ELETROSUL. Este processo é assim caracterizado por um entrevistado:

“Era uma boa empresa (...) estava com um programa muito agressivo de obras, construía Jorge Lacerda IV, Jacuí, duas plantas térmicas a carvão de compostos e tinha terminado de construir Alto Osório. A empresa tinha agressividade. Era uma diretoria muito técnica” (Entrevistado 2).

A grandeza dessas obras é recordada por nosso entrevistado como uma época de grande apogeu, a época do milagre brasileiro. O Brasil despontava como a potência da América, com grandes empreendimentos e altas inversões que correspondem, segundo Chauí (1986), a um processo ideológico, imposto

no Brasil e inspirado na divisão Leste - Oeste, que tinha pretensões de situar o país como potência dos anos 2000. Isso sustentou-se na idéia do desenvolvimento nacional (o milagre e a dívida), na integração nacional (centralização das decisões sócio - políticas, consideradas como meras questões técnicas) e na segurança nacional (anticomunismo).

A concessão ampla de créditos, em conjunto com uma política de incentivo da produção de bens duráveis e os gastos em obras públicas, que culminaram em grandes empreendimentos estatais, deram movimento à economia nacional e foram o suporte para empresas como a ELETROSUL.

“Havia atividades como a construção de usinas térmicas no Brasil, eram programa de governo (...) Se você queria produzir uma usina, teria que fabricar as turbinas, fabricar os motores, fabricar tudo” (Entrevistado 1).

Dessa forma a empresa se consolida como uma entidade de grande porte, como uma manifestação das políticas nacionais que embora se caracterizasse por ter uma cultura autoritária dava a seus funcionários condições favoráveis para seu desenvolvimento profissional.

Mas, apesar disso, com o aumento da inflação e a crítica situação da balança de pagamentos, a expansão da empresa foi decrescendo. Ainda assim, o governo continuou seu plano de desenvolvimento e expansão, implementando grandes projetos, prevendo novos investimentos e empréstimos.

No âmbito da sociedade, o general Geisel tinha assumido o governo em 1974 e, no ano de 1977, diante de algumas movimentações políticas, críticas ao

autoritarismo do governo, Geisel utilizou-se do AI-5 - Ato Institucional No 5 -, que concedia prerrogativas ditatoriais, decretando o recesso do Congresso e anunciando uma série de medida restritivas o que provocou o início de um processo de maior conscientização em relação à situação de opressão e falta de liberdade que regia o governo daquela época. O protesto da população foi crescendo e se evidenciou nas esferas dos locais de trabalho pelo movimento operário que se manifesta, pela primeira vez desde 1964, entre setembro e outubro de 1977.

No início dos anos 80, a ELETROSUL vive, segundo alguns dos entrevistados, o começo do fim, pois, mesmo estando a empresa em seu apogeu, com a expansão de sua capacidade de geração, no âmbito da sociedade começa uma grave crise econômica que afeta o setor de energia elétrica, com o esgotamento dos recursos tanto de créditos externos como por cortes dos orçamentos e créditos internos.

“A empresa, em realidade, a partir de 80 para cá sofreu as alterações que sofreu o país, ou seja, não teve recursos, tinha obras paradas, tinha que pagar multas contratuais, uma série de coisas e tinha que pagar um monte de pessoal” (Entrevistado 1).

Isso repercutiu nos funcionários da empresa em suas possibilidades de progresso, de ganhos salariais. Paralelamente, a sociedade mobiliza-se para uma nova forma de sistema político. Os partidos da oposição organizaram-se no projeto das “Diretas já”, que deu passo à nova República e à saída da ditadura. No entanto...

“...as condições econômicas e salariais pioraram porque o próprio país piorou. Digamos, houve uma modificação do papel das estatais e o que se esperava delas, digamos de 1980 para cá foi muito violenta. Mas isso é uma modificação que se deu na sociedade como um todo, todas as empresas sofreram essa modificação. E depois a mudança do ponto de vista que foi para melhor, que essa estrutura de poder que era centralizada e muito vinculada com a estrutura do comportamento dos militares foi-se democratizando, com a própria democratização do país” (Entrevistado 9).

O processo de mudança é percebido neste entrevistado, em sua vida concreta, como a diminuição do padrão de vida, pela precarização dos salários. No entanto, é resgatado dialeticamente como um movimento positivo no sentido de ter despertado os ares da democracia.

Assim, se inicia a expressão popular que em relação aos sindicatos, que tinham sido relegados a fazer trabalho assistencialista durante a ditadura militar, implicou organizar-se para combater o desemprego e o arrocho salarial, ações que concretizaram-se em mobilizações e greves, emergindo, dessa forma, do torpor a que os tinha submergido a ditadura.

“...na época da ditadura, o sindicato era meramente assistencialista, o sindicato substituiu o Estado naquilo que o Estado não atendia que era saúde, educação. Então o sindicato parecia mais uma clínica, o sindicato no ano 86 tinha 4 dentistas, 8 secretárias de dentista, tinha 2 médicos, tinha farmácia, barbeiro no Estreito. 96% da receita do sindicato era para administrar essa parte (...) Só se acabou com isso em 88. O sindicato ficou só como movimento, se dizia naquela época que o sindicato era um instrumento de luta. De 88 em diante o sindicato foi isso, fazia greve, teve um período que se chamou o período combativo” (Entrevistado 6).

O entrevistado (ex-sindicalista) detalha criticamente o exercício do movimento sindical daquela época resgatando positivamente o que se vivenciou como o período combativo. Esse movimento de transformação dos

sindicatos não se restringiu à realidade dos entrevistados. Segundo Antunes (1988), esse foi o período mais ativo do sindicalismo brasileiro. *“Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. (...) a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc.”* (Antunes, 1995b, p. 11).

Clima que também se fez presente na ELETROSUL:

“houve, até meados de 90, ao longo dos anos 80 até inícios de 90, enfrentamentos, uma predisposição de enfrentar, de brigar, desde questões menores até questões maiores” (Entrevistado 6).

No entanto, a situação foi mudando e o sindicalismo de confronto e resistência iniciou uma etapa de novos desafios e impasses que se configuram no marco das transformações que atingem o mundo do trabalho: *“as propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram no neoliberalismo do projeto Collor forte impulso”* (Antunes, 1995b, p. 53).

“89, 90 a 91 que o Collor colocou Nilton Gazaniga,¹² (...) Nessa época já pela política do governo a gente já não conseguia acordo coletivo garantindo emprego. Aí mandamos para o tribunal ... o tribunal negou e aí começaram aquelas demissões. Ele saiu, Gazaniga se vangloriando que não tinha mandado ninguém embora. Mas a partir de 90 quando ele entrou começaram aquelas listas de demissão.” (Entrevistado 4).

Na fala desse entrevistado encontram-se as lembranças de um momento que marcou o início de um processo que vai se estender pelo mundo e que vivencia-se nos sujeitos pela instabilidade de seu emprego.

Dessa forma, apesar de que com o desmoronamento dos regimes totalitários diluíram-se as ameaças de grandes conflitos a ilusão de tempos melhores derrubou-se, rapidamente, diante de um autoritarismo e uma agressividade tão brutal como a anterior. Como aponta Lefort (1996), com uma fachada simulada que se ampara na legitimidade, o mundo foi invadido por uma nova racionalidade: a racionalização da economia que implica a exclusão dos homens do trabalho e de seus benefícios.

A efetivação dessas políticas na ELETROSUL foi uma das experiências mais duras para uma parte de nossos entrevistados, que no resgate dessas lembranças expressaram seus sentimentos de pesar e de tristeza diante da desestruturação das formas de interação que caracterizava os relacionamentos dentro da empresa e pela imposição da cultura de terror que colocou-se em seu lugar, questão assim retratada por um de meus entrevistados:

“Ninguém sabia bem quem estava na lista e ficava aquele sussurro dentro da empresa, o que se chamava rádio Pião. Rádio Pião era a fofquinha. Bem mas...e aí começou aquela angústia: eu não estou, quem está, aquela angústia, ninguém sabe. Bom, quando começavam a sair mesmo as listas de demissão, os chefes começaram a chamar as pessoas e dizer... o clima já era muito tenso, né? Tinha gente que se agravou ... que a angústia era tanta! Tinha passado dois meses daquela angústia, todos os dias, estou ou não estou, estou ou não estou, e isso todo dia, as fofocas. Eu acho que foi mesmo um trabalho assim para mexer com as pessoas psicologicamente e criou um clima ... Quando começaram a sair as listas, os chefes chamavam, diziam quem estava e olha, ou você pega a incentivada até tal data ou está na rua. Então as pessoas, pensando em sair com um pouquinho de grana a

mais para poder enfrentar aí o mercado de novo e tal...Tirando acho que umas seis a dez pessoas que não pegaram, todo mundo pegou o incentivo. E o Gazaniga saiu da ELETROSUL dizendo: 'Olha não mandei ninguém embora, as pessoas quiseram ir embora'. Agora, ele realmente seguiu à risca o projeto neoliberal, né? Fez toda reforma administrativa de ...Ele fez horrores ali" (Entrevistado 4).

Essas recordações são trazidas, por nosso entrevistado, permeadas por uma grande angústia. Angústia que se ancorou como um fenômeno coletivo e que tomou força das incertezas em relação ao futuro. Foi um momento que se caracterizou pela emergência do “chefe” como figura amedrentadora e punitiva. Tudo isso num clima de normalidade e legitimidade que impunha as medidas tomadas como formando parte de um processo natural, uma “tendência mundial”, que correspondem, no âmbito mundial, ao processo neoliberal que, de acordo a Oliveira (1998): “... se caracteriza pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórias, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em obstáculos ao desenvolvimento econômico, e mais, são transformados em fatores causais da miséria, pobreza, exclusão e ausência de cidadania. A proteção social, por exemplo, transforma-se em ‘custo Brasil’. A estabilidade, imobilidade, do funcionalismo público, alavanca da modernidade num continente cuja história de caciquismo continua a reiterar-se, são transformadas em causa do déficit público e da inflação” (Oliveira, 1998, p. 216).

Dessa forma as novas políticas de governo deram espaço para que, em algumas empresas estatais, se efetivasse o plano do ajuste econômico a partir do enxugamento do pessoal e, nesse sentido, pode-se dizer que a imposição

dessas políticas na ELETROSUL influenciou notoriamente nas relações entre os funcionários e mesmo nas relações destes com a empresa. Isso era evidenciado nas falas que se referiam ao esgotamento das relações de amizade, de união e de espírito de grupo associadas, pelos entrevistados, a um “período anterior” e pela inexistência de interesse em considerar o trabalho profissional enquanto serviço público. Sendo assim, o que se instala e cresce é uma cultura de sobrevivência, que se manifesta pelo clima de distanciamento, desconfiança e alongamento das horas de trabalho em previsão ao que poderia acontecer.

A compreensão dos fatos que acontecem nesse sentido não é consensual e na contraposição são explicados assim por um entrevistado:

“Não há uma política de desempregar pessoas, em realidade o país tem uma política de empregar pessoas. O que acontece é o seguinte. O país como país esgotou as possibilidades que tinha de gerar recursos para pagar pessoal. O Brasil cresceu violentamente durante a época do 70 com o trabalho de terceiros, ou seja, pessoas da Europa, dos Estados Unidos que tinham conseguido poupar dinheiro, colocaram na poupança e esses países emprestaram dinheiro para nós, para comprar o que precisávamos. E agora nós estamos pagando todas essas poupanças externas que utilizamos para construir coisas” (Entrevistado 1).

Este depoimento caracteriza-se por apontar as políticas de enxugamento do pessoal como sendo de responsabilidade dos próprios afetados.

No mesmo sentido, numa naturalização do processo, como se esse fosse inevitável e tivesse força por si mesmo, o entrevistado aduz um conformismo necessário:

“... as pessoas não se conformam com isso, um não se conforma e isso não acontece só no Brasil, nos países o que as pessoas querem é o seguinte: que o país passe por uma crise e eles não serem afetados. Isso não é possível.

Nós estamos vivendo aqui dentro é uma crise, nós temos que viver a crise, não há outra alternativa” (Entrevistado 3).

Poderíamos dizer que trata-se de um discurso comum que se difunde nas bases do governo, na mídia, na relação com os outros e que, além de focalizar os processos sociais como conseqüência da irresponsabilidade individual, também passa a visão de que trata-se de processos com vida própria, como algo que não pode ser refutado, descaracterizando, assim, sua dimensão ideológica de imposição de um sistema que não tem nos homens seu foco primordial.

O impacto dessas medidas foi tão duro que as diretorias admitem que o processo de racionalização foi muito intenso, mas desconsideram todo comentário crítico:

“Ela (a empresa) passou por uma fase de enxugamento muito forte, veja que em 91 a empresa tinha 6000 empregados e na data da cisão, quando dividimos a empresa em geração e transmissão, a empresa tinha dois mil e setenta e poucos. Apenas a metade” (Entrevistado2).

Nesse tema, os funcionários da diretoria caracterizam-se pela prudência de seus pronunciamentos. Já os técnicos, os que não decidem os rumos da empresa, não poupam palavras e, na recordação desses acontecimentos, um deles relata:

“O clima interno começou a ficar ruim. Cada diretoria nova, vinha sempre com aquele clima de dispensa do pessoal. É gente que vai embora e mais gente que vai embora, e o clima ficou caindo e isso aí começou a ficar ruim no profissional e começou a ficar ruim no pessoal pela insegurança, as indefinições, a falta de horizontes. Tem momentos em que tem um grupo estável, antigos, pessoas que estão trabalhando juntos há bastante tempo e de repente chega uma ordem da oficina e 10% tem que ir para rua. Aí fica aquele clima assim, eu ou ele. De repente é um amigo de longa data que está sendo demitido. Tem que ir embora. Esse tipo de coisa perturba muito nosso trabalho (...) Na época que eu ingressei na empresa, havia um clima de

integração maior, existia um clima maior de união, era outro o clima da empresa: em nosso departamento éramos 120, hoje nós somos cerca de 80 pessoas. Eu acho que não tem quem não tenha uma marca daquele período de quem vai e quem não vai, de aquele nível de desconfiança de olhar para o parceiro do lado, saber se era ele ou era eu ” (Entrevistado 5).

O medo comum origina reações diferentes aos acontecimentos em curso. Todos querem o mesmo (preservar-se), mas as estratégias variam. Nas falas, esse medo individual reflete-se tanto numa aproximação e consentimento do desmonte da empresa, quanto no assombro e crítica a esse progressivo processo. Nas distintas colocações encontra-se muito presente o “como era antes”.

“Houve uma direção da ELETROSUL 90 – 93 que conseguiu destruir tudo, impôs o regime de terror aqui na empresa, de dedurismo, terror mesmo, uma instabilidade constante, permanente. As pessoas não sabiam se iam ser demitidas em qualquer momento. Qualquer pessoa que o chefe chamava à sala dele ficava em pânico. Se cruzava com o chefe no corredor, olhava para ele, já via naquele olhar uma sentença de morte. Esse clima se estabeleceu na empresa durante dois anos ou quase três. O reflexo disso perdura até hoje. Isso conseguiu romper aquele espírito de união que existia. Se não tivesse passado aquela diretoria, seria outra coisa, com certeza” (Entrevistado 6).

Esta crise marcada pela retirada das proteções estatais que se reflete numa instabilidade empregatícia, e que chega como algo inevitável, alimenta-se pela inscrição do não-dito, do que pode acontecer, fazendo assim do cotidiano desses trabalhadores uma violência na qual as relações vão se realizando pelo apagamento das interlocuções, pela desmobilização e a desconfiança.

Repercussões dessas políticas e dessas experiências vividas são assim expostas por um de nossos entrevistados:

“Nós não temos hoje no clima organizacional o que poderíamos chamar de uma empresa. É uma coisa que congrega pessoas que trabalham, alguns até sem objetivo, porque a gente sabe que a empresa está morrendo logo adiante, uma parte está sendo vendida, é uma atividade que não vai existir, aí o que sobra fica assim, sem definição, sem parâmetros para o futuro, sem continuidade, então na realidade hoje eu não tenho isto como uma empresa” (Entrevistado 5).

Repercussões que deixaram rastros na história dos indivíduos e que manifestaram num envolvimento destes consigo mesmos e, no que se refere à empresa, em um voltar-se a ela, no sentido de enfocar o interesse em sua agilidade e competência, mas com um vazio muito grande em relação ao que foi a essência de sua criação, pois muito pouco se fala de suas finalidades, enquanto empresa que presta serviços de bem estar público.

E talvez não fosse possível atuar de outra maneira dada a evidência de um perigo que se manifesta na situação de alguns dos que já saíram da empresa, como nos relata o seguinte depoimento:

“Tem pessoal que pegou incentivada, e que hoje não tem emprego, não tem mais nada, o dinheiro se foi, então nessa angústia, às vezes, as pessoas choram, as pessoas vão para o sindicato.(...) você tem que conversar, ouvir e acaba se emocionando, se angustiando com tudo isso” (Entrevistado 4).

As palavras de Oliveira (1986) nos ajudam a definir esse processo como um contra-sentido do que a sociedade construiu como cidadania, na imposição do projeto neoliberal, de racionalidade autoritária, que se nutre da insensibilidade social, gerando desemprego e expressando-se numa radical exasperação dos limites da mercadoria (Oliveira, 1998).

As políticas de enxugamento do pessoal foram complementadas, segundo nos conta o próximo depoimento, por técnicas psicológicas que visaram ao comprometimento dos indivíduos com a empresa, tendo como objetivo integrar os trabalhadores aos objetivos estabelecidos pelas diretorias da empresa, na administração participativa e no trabalho ideológico da dissolução dos conflitos, ocultando assim as condições reais de imposição e autoritarismo.

“Depois das listas assim, ele faz os tais cursinhos de amor que o pessoal da ELETROSUL brincava chamando de rola-rola. O departamento, as pessoas ficavam três ou quatro dias num Clube, no Campeche, na colônia de férias do Campeche e tinham duas funcionárias da ELETROSUL que davam cursos, então faziam brincadeiras, faziam não sei que... caça tesouro e pe pe pe. Passavam três dias acima da euforia, na brincadeira, música de noite, confraternização, como se houvesse uma harmonia na empresa, maravilhosa. Então o pessoal brincava, chamava o cursinho de rola-rola. Inclusive para os diretores e os chefes de departamento, o pessoal mais graúdo, eles faziam aí normalmente numa usina, não sei se Salto Jorge, Salto Santiago, e faziam aqueles cursos com biodança, de toques, todo mundo se gosta, perfeito e tal. O pessoal chama de rola-rola porque é assim né? como se estivessem se agarrando, brincando” (Entrevistado 4).

Dessa maneira os indivíduos deveriam ser integrados aos objetivos e compromissos da empresa, deixando para trás a imagem de exploração e conflito, para uma cultura de consentimento, cooperação e integração. Nesse contexto, aponta Sawaia (1997), faz-se o enaltecimento de um sujeito que, em vez de reafirmar-se por seus atos emancipatórios, o faz pela sua alienação articulada à ideologia do individualismo e do intimismo, esta última entendida como enaltecimento dos valores da intimidade, como pressuposto da emancipação e antídoto dos males sociais.

Essas técnicas são complementadas com cursos que visam a modificar as formas de organização da empresa, como nos relata o seguinte entrevistado:

“E implantou o CCQ né? o Círculo de Controle de Qualidade, deu o curso para quase todo mundo. Muitos departamentos não aceitaram, acabou não funcionando muito bem, mas tentou-se bastante, então é assim ...a empresa com tudo . E isso, sem dúvida nenhuma fez as pessoas jogar muito umas contra as outras (...) a questão do desemprego, ainda bem que não sou eu.” (Entrevistado 4).

Essas técnicas são visualizadas, por nosso entrevistado, com desconfiança e, embora sua crítica seja conduzida a uma preocupação pela sociedade, isso, não menospreza o fato de, sentir-se ele próprio ameaçado e sofrer por isso.

As técnicas de CCQ e outras do mesmo teor visam a formas de organização que possibilitam as mudanças nas relações de trabalho e que têm como intuito, além de apelar a um sujeito responsável, criativo e audaz, comprometido com a empresa, impor formas invisíveis de poder no controle dos empregados que, com a submissão a essas técnicas perdem o sentido da solidariedade para o incentivo da realização individual.

“enfim o clima realmente mudou completamente na empresa e depois veio a reforma da previdência (...) Se eu me aposentar mesmo com o salário um pouco reduzido, eu tenho essa garantia . Ao passo que se eu vou a trabalhar mais 11 anos ou 10 anos, eu não sei se vou estar empregado ou não. Então a empresa foi assim: com Gazaniga saíram aqui em Florianópolis, quase 1000 pessoas. Depois foram saindo. Este ano mesmo, com a reforma da previdência saíram mais 300 a 400 pessoas” (Entrevistado 4).

Os indivíduos são incentivados a retirarem-se da participação ativa que tinham no mundo do trabalho, sem considerar-se que se trata de indivíduos com suas plenas potencialidades que, ao serem privados ou privando-se de

uma das atividades mais enriquecedoras da constituição do humano, perdem o sentido que o trabalho dava a suas vidas.

A experiência dos “outros” promove nos funcionários seu comprometimento emocional, posto que, diante da insegurança, passaram a rever seus compromissos com o trabalho e com sua entidade sindical.

É medo que se reflete nos indivíduos, nas relações que constroem a partir da empresa, medo que paralisa. Sendo o medo uma paixão triste (Chauí, 1987), é retratada assim no seguinte depoimento:

“...psicologicamente isso afetou muito. A gente teve um efeito contrário, até esse período, 91, as pessoas tinham prazer de estar próximas ao sindicato; a partir daí se tornou perigoso¹³” (Entrevistado 6).

O medo, segundo Chauí: *“...é e será uma paixão, jamais transformando-se em ação do corpo e da alma. Sua origem e seus efeitos fazem com que não seja paixão isolada, mas articulada a outras formando verdadeiro sistema do medo, determinando a maneira de sentir, viver e pensar dos que a ele estão submetidos”* (Chauí, 1987, p. 56).

A crise do sujeito revela-se, nesse processo, não pela sua dissolução, mas nas arremetidas violentas com que o sistema o afronta. Perde sentido o valor que tinham para os sujeitos a organização dos coletivos (sindicalismo) na defesa de seus direitos, como perdem sentido os próprios direitos, uma vez que os sujeitos não são considerados merecedores deles frente à sociedade. Touraine, expressando as reflexões de Friedman, alerta-nos de que “ não é só o

¹³ Grifo meu

proletário que é explorado pelo capitalista ou pelo burocrata, mais profundamente é o sujeito pessoal que é alienado, privado de toda capacidade de construir ou de defender sua identidade com regras freqüentemente apresentadas, sem fundamento suficiente, como científicas e pelos aparelhos de poder” (Friedman, apud Touraine, 1995, p. 158).

4.5 A privatização

A privatização da ELETROSUL é hoje uma realidade que se insere num projeto político derivado das tendências do mundo atual e que correspondem a uma forma de organização do mundo na qual não há lugar para empresas estatais de serviços públicos.

Nesse sentido, a história da empresa, tanto como a história da sociedade, inscreve-se dentro dos espaços públicos e privados, configurando-se, de uma ou de outra forma, de acordo com a dominância prevalecente, na tensão de interesses e necessidades dos distintos setores envolvidos. Sendo assim, as empresas encarregadas de fornecer a eletricidade também têm uma história, a qual aqui se expressa na fala de uns dos entrevistados:

“...foi isso que aconteceu anos atrás, o processo inverso, quando as empresas estatais começaram a luz, a segunda ou terceira década mais ou menos começaram a iluminação de cidades e tal, era empresa privada. Basicamente a gente dividia o país, os grupos mais fortes, era o grupo Light em São Paulo depois foi para o Rio. Era uma empresa canadense, mas era na verdade de capital americano e os profissionais também eram americanos. (...) principalmente na época que começava a industrialização

¹³ Grifo meu

em São Paulo e o Rio que era a capital da República, não é? O interior de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e várias outras capitais eram outros grupos, também americanos. Então foi praticamente dividido assim, se no comecinho tinha algumas empresinhas pequenas de empresários brasileiros, foram sendo comidas por essas grandes empresas, e elas foram conseguindo todas as concessões do Estado, mesmo ganhando de grupos nacionais privados, nem através de influência política foram conseguindo as concessões. Quando chega mais ou menos na época dos anos 60 – 70 que aí a demanda era muito grande, precisavam de grandes investimentos, usinas hidroelétricas é muito caro, é muito investimento. E esses grupos não faziam muito investimento, começou muito problema, em São Paulo principalmente, onde a demanda era maior, se precisava de mais ...e também tinha outro detalhe, até a segunda guerra a gente não tinha muita indústria e depois se iniciaram indústrias grandes de metais, que precisavam muito mais energia. Além de ter indústrias muito grandes de eletrodomésticos, a demanda começou a ficar muito grande, esses grupos estrangeiros não acharam mais vantagem e acabou-se estatizando por isso. Tinha racionamentos muito sérios, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo também existiam. Aí o que é que faz? O governo vai e faz grandes investimentos, construiu tudo e agora não tem sentido” (Entrevistado 4).

Paradoxalmente, o mesmo argumento utilizado em épocas anteriores para estatizar as empresas de eletricidade - a inserção do país no desenvolvimento mundial - é hoje utilizado para sua privatização. O que muda é o marco do contexto histórico-social, o qual corresponde ao que se denomina a “nova democracia”¹⁴.

Nesse contexto, a adoção desses projetos é indicada como a única solução possível e, dessa maneira, imposta numa forma de autoritarismo que se difunde numa ideologia na qual não cabe a possibilidade de outras alternativas, como expressa o próximo depoimento:

“É um projeto necessário para o Brasil, porque... é uma onda que não nasceu só em nosso país. No Chile aconteceu assim, na Venezuela aconteceu

¹⁴ Segundo Boaventura Santos (1996), hoje a promoção da democracia a nível internacional é feita conjuntamente com o neoliberalismo e de fato em dependência dele.

assim, no México, na Argentina, nos Estados Unidos, na própria Inglaterra começou o processo basicamente com Margaret Thatcher. Não foi mais ou menos isso? Eu acho que o processo de privatização é um processo aaaaah. Como é que posso dizer para você. É um projeto benéfico acho para o povo brasileiro. É, eu não sei, talvez a gente discutisse o método, os critérios adotados na rapidez, no toque de caixa de se fazer as coisas. Agora, eu acho que o governo tem uma função social que cumprir, eu acho que ele tem que se meter na regulação da economia. Como órgão normatizador, como órgão fiscalizador, coordenador ok?” (Entrevistado 3).

Este depoimento foi dado por um funcionário da empresa, da área administrativa, que, em decorrência de seu posto de trabalho, cumpre uma função no processo de privatização. Sua fala é o que poderíamos chamar da “versão oficial”, a que se impõe num setor dos funcionários da ELETROSUL.

Nesse depoimento evidenciam-se ambigüidades no pensar e no sentir. Ao nos falar da necessidade do projeto de privatização o entrevistado não consegue expressar suas argumentações, diluindo-se em justificativas simplistas como “é a onda” que invadiu outros países, o que só manifesta a extensão do processo e não justifica sua necessidade. Nesse mesmo sujeito aparecem as críticas sutis dirigidas timidamente para os métodos, a pressa, o toque de caixa.

Ao que parece, a função que se cumpre na divisão do trabalho impõe certos discursos, que são compartilhados pelos iguais e confrontados por outros setores. São formas de pensar e atuar que mostram uma linguagem comum mas que não conseguem ocultar singularidades que às vezes escapam ao discurso oficial.

Numa outra fala registram-se outras formas de compreender a privatização:

“... minha participação no projeto de remodelar o setor elétrico (...) foi uma oportunidade (...) em o noventa e sete. De meados de 96 a meados de 97. Foi uma oportunidade rica de colaborar com o desenvolvimento de um projeto que mudou totalmente o enfoque do setor elétrico. A tradição de um setor, cuja indústria monopolista, descapitalizada, estatal, sai agora para um modelo competitivo, de empresa privada, então um salto fantástico...eu participei intensamente no desenvolvimento do projeto. Isso foi muito rico, pois me permitiu me aproximar, eu diria, das lideranças do setor que participaram do esforço...Isso tem um custo pessoal, mas foi muito gratificante, eu acho que foi ... eu diria meu ponto de destaque profissional” (Entrevistado 2).

O discurso de nosso entrevistado expressa seu compromisso com o projeto de remodelação da empresa na perspectiva neoliberal. Projeto que, para ser viabilizado, exige de parte deste todos seus esforços, o que implica uma subjetividade que se realiza a partir de processos cognitivos comprometendo sua competência, dedicação, capacidade, impulsionado por motivações que manifestam a centralidade no “Eu” e que se inserem num conjunto de valores que situam o lugar de si mesmo como predominante em relação ao lugar dos outros. Como aponta Heller, sempre desenvolvemos nossas necessidades e motivações a partir de nós, mas, como aponta Gianotti, *“Agimos por interesse privado, mas o devemos fazer em nome do bem comum”* (Gianotti, citado por Sawaia, 1995, p. 49).

A grande interrogação é: pode-se, em casos em que prevalece a condição particular, negar-se a condição de ator histórico? Touraine (1995) nos alerta para a forte dispersão que hoje vive a sociedade em relação aos meios e aos

fins, utilizados tanto para o bem como para o mal, tanto para a diminuição das desigualdades como para o extermínio das minorias.

Também o trabalho de Saliba (1994) resgata a obra de Burawoy, apontando para a necessidade de compreender o processo do trabalho não apenas em termos de conflito e resistência, mas também em termos de geração de consentimento. Burawoy, nos diz Saliba, considera que os interesses que organizam o cotidiano dos trabalhadores não são unívocos. Assim, crer a priori que os interesses do capital e do trabalho são antagônicos acaba por turvar a compreensão do controle capitalista.

Contudo, outras formas de pensar a privatização surgem na interlocução das falas:

“Eu encontro que a privatização para mim, como empregado, não é favorável. Isso com certeza, pois se eu houvesse permanecido na ELETROSUL como era, eu estava ...digamos numa situação privilegiada. Bom, e depois porque não haveria nenhuma ameaça. Eu poderia estar vivendo tranquilamente, esperando aposentar-me, por exemplo. Agora para o país não, para o país eu penso que a privatização é benéfica porque não vai haver desperdício de recursos. Porque o setor estatal é uma fábrica de desperdício. Hoje em dia não se desperdiça muito, porque não há recursos, mas quando havia recursos era um desperdício” (Entrevistado 1).

A inscrição de uma empresa estatal deficiente realiza-se na subjetividade desse entrevistado por uma racionalidade antipública que atribui a dívida pública, à incompetência do Estado. Estes posicionamentos conduzem, como aponta Oliveira (1998), à crença da desnecessidade do público.

Assim opta-se pela privatização, achando-se que esta é a solução para os vícios das empresas estatais. Nesse sentido não se cogita a possibilidade da

mudança para um serviço eficaz a partir do serviço público e da empresa estatal, mas sim pela implementação de uma forma de direção calçada na imposição de uma autoridade mais presente e impositiva, como seriam as expectativas no caso das empresas privadas.

Por outro lado, a crítica de nosso entrevistado assenta-se numa perspectiva de modernidade progressista e evolucionista, que se apóia na austeridade, esforço e sacrifício do povo. Visão que segundo Touraine “*não resiste a um julgamento mais realista sobre o mundo atual, transtornado e dilacerado há um século, e onde só cresce o número daqueles que morrem de fome*” (Touraine, 1995, p. 214).

Outra forma de compreender a noção do público e do privado corresponde a uma aceção extremadamente particular, como expressa o depoimento que segue:

“...uma coisa de crença, crença em mim mesmo. Uma questão de crença no processo, uma crença no modelo. Não é uma questão doutrinária nem política. Minha crença de que eu só vou conseguir me realizar profissionalmente, na amplitude que eu espero dentro de uma empresa privada. Porque a empresa estatal é excesso de burocracia e falta de compromisso com o resultado. É extremamente castrante do desempenho profissional. As coisas não são do bolso de alguém, então, existe pouco compromisso com o resultado e isso é ruim para o profissional. Para quem se sente qualificado, não é ambiente bom. Não é um ambiente de competição; é um ambiente mais depurador. Um ambiente de competição é um ambiente mais gratificante, do ponto de vista daqueles que estão dispostos a trabalhar. Então, como eu sempre gostei de trabalhar e investi muito em mim, a uma custo grande, porque eu venho de uma família muito humilde, então tudo o que eu construí, me custou um esforço muito grande e olha que exijo um reconhecimento disso tudo, e a estatal não reconhece (...) Eu acredito que o governo não deve se envolver em atividade empresarial.”

Exatamente porque ele não tem compromisso com resultado. Ele não tem compromisso com custo. Ele faz a qualquer custo” (Entrevistado 2).

Nesse depoimento, evidencia-se uma subjetividade que se realiza a partir de si mesmo e que expressa discursos gerados no social, mas com conotações que derivam de uma forma de individualismo, entendendo este não como uma construção isolada, senão como uma forma de ver o mundo a partir do eu, e por isso não privada de se fazer no social, ou seja, na interação com os outros, configurada além do eu em um nós, fazendo a sociedade que lhes é decorrente, uma sociedade excludente.

“É a preocupação consigo mesmo que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio de eu e da autogratificação e aquilo que não é inerente” (Sennett, 1995, p. 21). É, segundo Sennett, o fortalecimento de uma forma de ser definida como narcisismo: “Assim, o narcisismo é uma obsessão com ‘aquilo que esta pessoa, este acontecimento significa para mim. Este questionamento sobre a relevância pessoal das outras pessoas e de atos exteriores é feita de modo tão repetitivo que uma percepção clara dessas pessoas e desses acontecimentos em si mesmos fica obscurecida” (Sennett, 1995, p. 21).

Nesse sentido, Touraine alerta que *“No dia em que o sujeito se degradar em introspeção nossa vida social e pessoal perde toda força de criação...” (Touraine, 1995, p. 223). Porque, para este autor, nada mais oposto ao sujeito que a forma mais extrema da obsessão de identidade, o “narcisismo” (Touraine, 1995). Dessa forma, perde-se nas penumbras as dimensões sociais e políticas de um processo*

que implica a sociedade, diluindo-se em crenças, entendidas estas como se tivessem vida própria e fossem geradas no mais recôndito de nossa psique, apontando assim para uma valorização do privado em detrimento do público.

Dilui-se o político, desvirtua-se o público, desconhece-se a participação do povo na arrecadação do orçamento e só fica o “eu”.

Nesse contexto surgem falas como a que se apresenta no próximo depoimento:

“Todo setor privado quer ser monopolista, dominar o mercado. Ele é agressivo, ele quer mais. Isso é bom para o país. Isso é bom para essas pessoas que querem mostrar o país. É o que Estado tem que fazer. Tem que incentivar essas pessoas” (Entrevistado 2).

Fala na qual o privado aparece reificado, com vida própria, naturalizado em características psicológicas cultivadas na barbárie. O privado inserido num discurso arraigado no liberalismo clássico, que ressalta a existência da competição e da rivalidade como inerentes ao egoísmo irrestrito dos homens, deturpando-as ao enaltecê-las como características benéficas para os indivíduos e a sociedade.

Essa forma de compreender o público e o privado vai no contraponto do que manifesta um outro setor dos entrevistados que, na defesa dos espaços públicos, critica a privatização, utilizando as mesmas características (busca de eficiência e competitividade) que formularam os entrevistados que se inclinam pela privatização, mas enfocando-as não em suas virtudes e sim em suas deficiências:

“A forma como ela está sendo feita (a privatização) vai destruir o setor. Um setor que hoje funciona harmonicamente, vai estabelecer uma competitividade destrutiva. Duas empresas que funcionam...que se somam como a ELETROSUL e Copel elas se somam e conseguem um atendimento ótimo. Elas vão passar a competir destrutivamente” (Entrevistado 6).

Significações divergentes para um mesmo processo, que inserem-se em diferentes discursos e diferentes formas de olhar o mundo e a si mesmos. Uma centrada na boa convivência da sociedade, e a outra a partir de caracterizações de dominância e agressividade. Esta última insere-se no tradicional discurso que se consolida na filosofia individualista do liberalismo clássico. Entendidas estas, de acordo com Hunt e Sherman, como *“...teorias sobre o comportamento humano, segundo as quais as motivações egoístas e interesseiras constituíam a razão de ser básica, senão única, das ações realizadas pelos homens”* (Hunt e Sherman, 1978, p. 46 - 47).

É assim que esse discurso se efetiva na fala do próximo depoimento:

“Aqui na empresa muda para mim o leque de possibilidades. Eu vou ampliar as oportunidades de realização de trabalho. De um trabalho agregado a resultado, um trabalho que eu consiga enxergar o resultado na outra ponta. Ah... me abre resultados profissionais, me abre também oportunidades salariais. Eu estou visando oportunidades de ter uma recompensa salarial mais importante na empresa privada que na estatal. A estatal nivela muito por baixo, nivela muito por baixo por influências políticas, pessoas valem muito mais pelo que parecem que pelo que são. Prefiro um ambiente onde as pessoas me valorem pelo que sou, que não seja nivelado por baixo” (Entrevistado 2).

Uma forma de ver o mundo a partir de si e para si, que se constitui na percepção de Estado falimentar e inclina-se pelo mercado em detrimento do serviço público. Nesta configuração cabe uma função preponderante às

multinacionais que incorporam as empresas estatais, intervindo e modificando suas estruturas, instituindo assim, em certa medida, uma volta ao capitalismo liberal. Nesse contexto, alguns de nossos entrevistados expressam suas expectativas:

“...para mim muda o foco da esperança de poder contribuir mais com meu aprendizado para com o novo dono. Eu não vim porque alguém me escolheu para Gerasul, vim por opção, que acredita na empresa privada, acredita que é uma empresa pujante, uma empresa forte, é uma empresa que vai ter um faturamento onde a folha de pagamento não chega a comprometer 18 % Isso é muito bom. O setor da ELETROSUL vai ter um comprometimento bem mais do que isso. Então eu acho que é uma boa, favorável” (Entrevistado 3).

Um discurso que se reafirma, que está presente e que se impõe numa forma de sociedade onde, de acordo com Santos (1997), transmuta-se autonomia, criatividade e reflexividade por privatismo, dessocialização e narcisismo.

A dimensão política deste processo não fica fora dos temas comentados pelos entrevistados e, a isso refere-se o seguinte depoimento:

“O principal argumento é, e eu acho que nisso concordo, que a empresa estatal está submetida a interferências de caráter político e partidário que a tornam ineficiente e injusta. Ineficiente porque sobrecarrega com diversos encargos que estão relacionados a esses interesses e menos lucrativa. E por outro lado torna a empresa injusta porque os prêmios são concedidos apenas para quem está aceitando esse tipo de influência. As pessoas colocam que já que a empresa estatal está sujeita a esse tipo de interferência, vamos cortar o mal pela raiz. Esse argumento que diz que ao privatizar a empresa estará livre dessas influências é um argumento válido, mas incompleto. Porque no meu modo de ver, não concordo com isso, porque acho que a análise é mais profunda, porque a estrutura de poder que detém o poder no Estado, ou seja, os partidos políticos majoritários que ganham as eleições, que estão sempre com o poder na mão, sobrevivem. Exatamente eles estão baseados nos interesses econômicos dos grupos que estão comprando as empresas. Por exemplo, na privatização da Gerasul, colocou-se uma cláusula

no contrato, no edital de licitação, garantindo direitos para os mineradores de carvão, a comprar por cinco anos e a transição será pequena, suave, poderá ser modificado depois para condições mais vantajosas para esses mineradores de carvão que são grandes empresários (...) Para os empregados da Gerasul não se assegurou qualquer garantia, mesmo a garantia de emprego não foi assegurada no edital. Então, essa pessoa que defende que a Estatal ao se transformar em iniciativa privada estará livre da influência política, erra ao analisar a conjuntura e não vê que, por trás do poder estatal, estão os grupos econômicos que estão adquirindo o patrimônio e a gestão dessas empresas que, portanto, estarão de igual forma sujeitos a interesses políticos” (Entrevistado 9).

Na análise de nosso entrevistado se deixam entrever as condições de interesses e poder presentes no jogo das forças do sistema da empresa, bem como expressa, também, uma representação do político que se inscreve num processo histórico-cultural ancorado nas vertentes mais clássicas do político. Político como uso de poder na imposição da vontade, e político como projeto de convivência social, em ambos os sentidos definidos pelo entrevistado, como “ineficiente” e “injusto”.

A privatização, nesse contexto, é compreendida como uma fuga da perversão do político, do estatal. No sentido de livrar as empresas públicas dos vícios que lhe são atribuídos, como os favoritismos e a burocratização. No entanto, o movimento de privatizar a empresa é denunciado pelo sujeito entrevistado, como sendo um movimento que possibilita a criação de novos espaços políticos, que se realizam na ocultação do poder, exercido na imposição de medidas que afetam as finalidades da empresa e os direitos dos funcionários. É um retorno ao “jogo” político, mas com outras regras.

Ainda a crítica à privatização se amplia e se fundamenta pela preservação dos bens públicos, tal como é manifestada no seguinte depoimento:

“há setores em que eu acho criminoso (a privatização). Porque deixar de estar presente em setores estratégicos como energia elétrica, como comunicação, como a Vale do Rio Doce, privatizar a Rio Doce é privatizar o subsolo brasileiro. São oito estados, mais de 50% do território nacional foi privatizado. Todo o subsolo por 3 bilhões de dólares. O Brasil não sabe, agora o governo americano, o governo russo, eles sabem porque eles fazem prospecção no mundo inteiro de óleo, de quartzo, então sabem no mundo onde se localiza. E o Brasil privatizou isso, isso é criminoso em minha avaliação. Do ponto de vista estratégico, do ponto de vista técnico a privatização é uma burrice, que está mostrando agora, quer dizer, o que já vem acontecendo demonstra isso” (Entrevistado 6).

Neste episódio retrata-se a preocupação pelo patrimônio público. Preocupação que se reafirma diante da possibilidade de que o país seja excluído das decisões que correspondam à sociedade brasileira.

E nesse sentido, soma-se este outro depoimento:

“...sou contra, porque não dá para ter um serviço essencial da população como água, como luz, como telefone, por exemplo, com o mesmo foco...se for público, tem que ser garantido para todo mundo. Agora, se for privada, empresa privada quer lucro, em nosso caso, a luz por exemplo, quem mora lá, na costa da Lagoa, que só vai de barco, para chegar a luz lá, é um poste e outro, as pessoas gastam pouco, tem um poder aquisitivo pequeno, gastam pouca luz, para chegar lá, precisa-se muito poste, muita luz, muito aquilo” (Entrevistado 4).

A rejeição ao projeto de privatização é justificada pela ameaça da depreciação do serviço público enquanto direito de todos os cidadãos. Esta argumentação encontra-se nas distintas vozes que se opõem à privatização formando um bloco de opiniões convergentes que dão força ao argumento da prevalência do social:

“...a privatização da energia vai afetar muito a população de uma maneira geral, porque a pessoa que vai comprar a empresa é empresário, e não vai querer colocar a luz na favela, levar luz a bairros que não tenham condições financeiras para arcar com as despesas, então o interesse dele é lucro, visa o lucro, então acho que não vai ser muito bom para a população, de maneira geral” (Entrevistado 8).

Nesta percepção o lucro é considerado a partir de uma perspectiva da empresa estatal que tem como função o serviço para a comunidade e, portanto, o exercício da cidadania. Argumento que aparece no seguinte depoimento:

“Empresa estatal não tem que dar lucro mesmo, o lucro dela é o benefício à população, isso é da natureza da empresa. Lucro numa empresa de energia elétrica tem que, obrigatoriamente, ser distribuído em melhor qualidade de serviço e melhor atendimento. Santa Catarina é um dos Estados mais eletrificados do país. Mas nós temos em Santa Catarina regiões que não têm energia elétrica, em pleno ano 2000 e nós temos isso. Essas populações, num país rico que tem uma estrutura de primeiro mundo, as pessoas não têm energia elétrica. Então o lucro da empresa tem que ser levar a energia elétrica. O outro aspecto que a empresa não dá lucro é uma mentira, uma mentira comprovada economicamente. A Eletrobrás foi a segunda melhor empresa do Brasil comparando com todos os setores, economia mista, economia privada, estatal. A primeira empresa é a Telebrás, a segunda é a Eletrobrás. Depois vêm os grupos privados” (Entrevistado 6).

Ao referir-se à natureza das empresas públicas, o entrevistado destaca suas finalidades de promover o bem comum da população. Por isso, segundo ele, a justa medida de seu lucro deve se orientar para essas finalidades e não para racionalidades mercadológicas.

Por isso, a privatização é, para um setor dos funcionários, suspeita, pois, ao se afastar dos conceitos políticos que subscreve a vida pública, afasta-se dos preceitos para os quais foi criada, ou seja, prestar serviços a toda população. Ao mesmo tempo, a fragilização dos postos de trabalho reflete suas repercussões

em nível individual de uma forma generalizada comprometendo a cidadania adquirida. Em suma, dupla perda: da população atendida e dos empregados.

4.6 A empregabilidade

Privatização e condições de empregabilidade são dimensões distintas de um mesmo processo. Diante desse quadro de realidade, os indivíduos voltam-se à elaboração de planos e estratégias para preservar seus empregos. E, nesse sentido, uns dos entrevistados fala:

“a gente começa a se interessar mais, começa a buscar logo as informações, começa a renovar aquilo que você faz, se interessar por outras áreas, de forma que se tem que sair daqui, você tenha outras opções no mercado” (Entrevistado 8).

Privatização e empregabilidade são construções sociais que formam parte de uma mesma problemática e que se inscrevem nos sujeitos pela incerteza e insegurança:

“Tem muitas pessoas que demonstram uma insegurança, um medo, uma incerteza em função que não sabem se vão encontrar emprego fora daqui e se vai continuar ganhando o mesmo salário e vai continuar mantendo o mesmo padrão de vida porque vários deles já estão com uma idade mais avançada, acima dos 40, com filhos estudando, com família e não sabe se vai ter condições ou não de conseguir manter esse padrão, de arrumar outro emprego, em função da idade” (Entrevistado 8).

Na privatização, a única certeza que resta parece ser a ameaça da perda do emprego e, portanto, da estabilidade empregatícia, o que é visualizado por alguns em suas vantagens, como é manifestado no próximo depoimento:

“Um ambiente de mudanças, um ambiente de ameaças mas também de oportunidades. Óbvio que todas essas mudanças introduzem um certo grau de insegurança, mas é assim mesmo(...) eu acho que tem que ser assim.

Não seria natural que fosse diferente. Acho que o processo de seleção é assim mesmo. O processo de seleção é isso. É risco, é competição, é oportunidades. Mas é nesses instantes que surgem grandes lideranças, nesses instantes que surgem as grandes oportunidades. São em ambientes de competição que as oportunidades aparecem. Agora, sem dúvida viver um ambiente assim é extremamente...ele é um pouco desconfortável” (Entrevistado 2).

Palavras de um entrevistado que está na luta diária e que acolhe o discurso da oficialidade, ou seja, o discurso ideológico dominante, que adere às teorias de seleção natural e que, portanto, predispõe sua subjetividade nesse sentido:

“Aumentar e aumentar e aumentar meu nível de conhecimento. Não tenho outra saída, não existe outra saída. No processo de competição você tem que ser o melhor. Em primeiro lugar você tem que querer ser o melhor. Em segundo você tem que querer ser o melhor e em terceiro você tem que querer ser melhor. Não tem chance, não há chance. Equívoco é achar que há chance. Eu tenho que ser melhor, tenho que ser o melhor, tenho que ser o melhor” (Entrevistado 2).

Discurso atrelado a uma forma de visualizar o mundo no particular, que se realiza de uma forma generalizada, ultrapassando os espaços do mundo do trabalho e concretizando-se nas relações sociais como uma totalidade estreita, que oprime e que não liberta, que subjuga e que invade qualquer outro espaço, outra perspectiva, outro projeto, outra opção:

“...em função dessas perspectivas e das faltas de perspectiva, estou tentando intensificar minhas atividades fora da empresa, do tipo, tentando sedimentar mais a história de dar aula. Estou acabando uma especialização (...) e estou tentando abrir uma nova possibilidade a nível de mercado de trabalho” (Entrevistado 5).

“Estou tentando buscar outras áreas, outras opções, de forma a aumentar o leque de oportunidades” (Entrevistado 8).

“Estou investindo em mim em duas questões principais. Absorver a maior quantidade de conhecimento e me tornar competente nessa área e uma outra área que estou começando agora é me tornar conhecido, circular mais

fora da ELETROSUL , em outras empresas e tal, discutir mais” (Entrevistado 6).

A forma de “fazer alguma coisa” para se proteger da expulsão do sistema é procurar estar mais de acordo com o “novo sujeito” valorizado pelo capital. O sujeito do conhecimento. Nesse sentido, Tofler (apud Frigotto, 1999) aponta para a prevalência, neste tempo, do reino de uma sociedade do conhecimento e da cognição que se encontra com a tese de um novo trabalhador com exímia qualificação, capacidade de abstração, flexível e participativo, que deve ter capacidade para inserir-se num meio tecnológico sofisticado e num meio competitivo.

Mas, no sentido de um projeto emancipatório, o que o contradiz é a exclusão na qual o sujeito está imerso, tal como assinala Frigotto (1995): “...o horizonte definidor é o processo produtivo demarcado pela naturalização da exclusão. No plano ideológico, a sutileza da tese da sociedade do conhecimento esconde, ao mesmo tempo, a desigualdade entre grupos e classes sociais, o monopólio crescente do conhecimento e, portanto, a profunda apropriação desigual do mesmo “ (Frigotto, 1995, p. 202).

São questões que estão postas mas que não são refletidas pela maioria, posto que o que aparece é o medo à própria exclusão que se espalha numa síndrome da insegurança, que invade os indivíduos e que os paralisa, impossibilitando outras estratégias para enfrentar o novo. Assim, a luta pela não exclusão realiza-se através da luta pela própria manutenção, pela

realização de projetos individuais que se concretizam pela ampliação dos momentos do trabalho e não pelo seu esgotamento.

Essa dispersão do trabalho anula o argumento de que o trabalho perdeu centralidade, pois, como assinala Santos (1997): *“...o trabalho assalariado, enquanto unidade homogênea e autônoma do tempo vital, tem vindo a ser descaracterizado, mas, por outro lado, isso só tem sido possível na medida em que o tempo formalmente não produtivo tem adquirido características de tempo de trabalho assalariado ao ponto de se transformar na continuação deste sob a outra forma”* (Santos, 1997, p. 253).

4.7 O sindicalismo: uma relação ilícita

O sindicato dos Eletricitários de Florianópolis – SINERGIA- tem tido um papel preponderante nas lutas da categoria, especialmente a partir do ano de 86, quando deixa para trás sua prática assistencialista e adere ao sindicalismo combativo que caracterizou o movimento sindical nessa época. Momento que se expressa no seguinte depoimento:

“...na greve de 88 a empresa demitiu 70 pessoas no início da greve, começou o 4 de novembro por questões salariais. Até meados de novembro as questões salariais já estavam resolvidas. A gente tinha conseguido o que queria. Só que tinham demitido 70 pessoas e a greve só continuou por causa dessas demissões, daí foi para 50, para 20 e no final ficaram 6 pessoas, nem eram daqui da sede, eram do Paraná. A greve continuou 36 dias, até que a empresa reviu as demissões, houve greve de fome. Foi um momento muito forte que se demonstrou solidariedade muito grande. Um espírito de união muito forte. As pessoas não admitiram aquelas demissões e se uniram para brigar” (Entrevistado 6).

Decorrido algum tempo, esses movimentos foram sendo cada vez melhor enfrentados pelo governo, que se utilizaria de todas as estratégias possíveis para desestruturar o sindicato – demissões, ameaças, manipulação da informação (Ferreira, 1997), medidas que foram complementadas com as novas formas de gestão na empresa. Foi nesse período que:

“começou o descenso do movimento sindical. E aí a gente começou aos poucos a diminuir, as assembleias se esvaziar, as pessoas já não atendiam mais as atividades do sindicato (...) com medo ao desemprego, à privatização, com esse clima muito ruim do neoliberalismo” (Entrevistado 4).

Percebendo a crise, o pessoal do sindicato passou a rever sua prática e a organizar-se com novas estratégias:

“...a categoria não estava respondendo, a gente passou a fazer campanhas em Brasília, com os deputados, mais institucionalizadas. Então quando chegavam (os dirigentes) de Brasília, nos diziam olha, fizemos isto o aquilo (...) fomos a Brasília e fizemos tudo...” (Entrevistado 4).

Essa forma de luta, tampouco deu resultado, supostamente, de acordo com a análise do sindicato, porque o coletivo ficava muito alheio ao que estava acontecendo. As pessoas não conseguiam se engajar.

Também cabe destacar que, nesse entretempo, os empregados da ELETROSUL perderam a estabilidade empregatícia (ano 1991), e já estavam sendo pressionados pela gerência da empresa, através das reformulações que visavam ao enxugamento do pessoal.

Ainda assim, surgiram no interior do sindicato novas formas de agir. Um sindicato que, a partir de uma nova concepção, procurou uma ação menos centrada nos interesses específicos da categoria e mais enfocada nos indivíduos

como cidadãos. Um sindicato que se organizou para garantir outras necessidades do indivíduo, tais como estudar, ter lazer, desenvolver-se etc:

“E aí a gente passou a dar uma resposta, passou a se denominar sindicato cidadão, que diz relacionar não só a categoria, com as questões cotidianas de reivindicações e tal, mas também atuar na sociedade civil (...) aí a gente começou todo um outro trabalho (...) começamos uma campanha diferente, fizemos plenárias com a categoria na Escola Sul, fizemos com as famílias, com as crianças, adultos (Entrevistado 4).

A partir do ano de 96 o sindicato passou a ter uma atividade intensa junto com a comunidade. Grande parte de seus recursos se orientaram para manifestações artísticas e culturais. E as questões que eram de interesse da categoria, como as salariais, passaram a compartilhar espaços com outras que foram adquirindo relevância em nível de cidadania, como questões de gênero, inserção em lutas da sociedade, atividades artísticas e culturais. *“Dentro desta perspectiva, o sindicato tem discutido o desmonte atual da empresa pública, o endividamento brasileiro, e inúmeras outras questões que vão além daquelas relacionadas com a empresa onde trabalham” (Pedro, 1993).*

“E aí começamos a discutir sobre privatização (...) A gente tem tido um papel fundamental, desde 90 a gente está lidando com isso, fizemos várias campanhas contra a privatização, inclusive na mídia” (Entrevistado 4).

Essa postura é visualizada por esse entrevistado como apoiada pelo resto dos empregados - os que não são sindicalizados -, percepção que é manifestada no seguinte depoimento:

“eu vejo isso muito forte, as pessoas passam na rua, fazem questão de cumprimentar. Então você sente que existe uma relação de gratidão, de respeito. A gente tem uma pesquisa que solicitou um perfil da categoria em

96. *E aí tem uma confiabilidade no sindicato de mais de um 90%, é a importância que as pessoas vêem no sindicato (Entrevistado 4)..*

No setor oficial da empresa, a percepção que se tem do sindicato é retratada no seguinte depoimento:

“O sindicato faz muito pouco de sindicalismo, são muito mais voltado à lida política partidária, doutrinária. O sindicato deveria estar muito mais preocupado com a qualidade de vida do empregado, com as oportunidades de emprego. Ser mais justo do ponto de vista, não de premiar todos da mesma forma, mas de distribuir aqueles que tem mais esforço em relação a aqueles que fazem menos esforço. O sindicato perdeu credibilidade, porque estimulou esse achatamento, porque necessitam do voto do empregado pouco qualificado que vale tanto para ele quanto do empregado qualificado, ele nivela por baixo. Se atende a base da empresa não atende ao todo, ele atende àqueles menos comprometidos com o trabalho e com resultado, não atende àqueles mais comprometidos. Então, ele se permitiu servir de alavanca política, de linhas extremadas de esquerda, as esquerdas mais extremadas. Uma triste expectativa, há de haver assumido tristemente o papel de defensor da pobreza. O sindicato não representa um peso importante, o que é ruim, o trabalhador precisa estar ...precisa estar comprometido com a classe, com o resultado que seja justo” (Entrevistado 2).

Uma percepção que manifesta o antagonismo que existe entre estes dois setores da empresa, e que vai se refletir nas relações entre eles, como retrata o seguinte depoimento:

“a gente não pode fazer trabalho sindical dentro da empresa. Eles conseguiram isso, através de ação judicial. Então cada concentração que a gente faz nos aplicam uma multa de 1000 reais. Hoje a gente está devendo, de 4 a 5 cinco anos para cá, uma dívida de quase 90.000. Porque a gente não deixa de ‘fazer’ e tenta negociar mas o clima fica ruim e já não dá. E daqui a pouco a gente está negociando. Além disso têm as filmadoras, duas de cada lado. Não só tem a câmara com que eles filmam tudo, também tem gravador, então está tudo guardado, você não pode falar nada. Essa coisa é muito ruim, as pessoas são vigiadas na ELETROSUL, tem as catracas que regulam horário, tem as filmadoras, você participa de eventos do sindicato e você é filmado” (Entrevistado 4).

No contraponto das relações, um entrevistado da área técnica define o sindicato como uma entidade que:

“...briga por manutenção de direitos e ampliação desses direitos trabalhistas. Tem uma postura de luta de classes, tem uma postura definida em termos políticos, estar ao lado dos trabalhadores e com eles fazerem a transformação da sociedade. É um sindicato de esquerda mesmo, não é radical, nem é revolucionário nem tem espaço para isso, mas é um sindicato de esquerda”(Entrevistado 9).

No entanto, o mesmo entrevistado, em seu relato, expõe sua opinião e crítica para o sindicato:

“...É dentro das transformações que houve nos últimos dez anos que a postura de esquerda foi sendo corroída, foi sendo retirada das lideranças de esquerda a base de sustentação. Pela crise econômica e pelas transformações políticas. A perda de praticamente 4000 postos de trabalho nos últimos dez anos na ELETROSUL causou um aprofunda depressão na base sindical. Me parece que as lideranças foram se afastando cada vez mais e se foram fechando num mundo mágico e mítico onde se achava, de uma forma fantasiosa, que se estava avançando, quando na verdade só se estavam separando da grande massa de empregados que permaneceram na empresa”(Entrevistado 9).

Uma crítica que tem em comum com a próxima fala destacar o distanciamento do sindicato para com os funcionários:

“...o sindicato esta preocupado em tornar-se simpático, em aproximar-se das pessoas, trazer as famílias para dentro do sindicato, fazer promoções que envolvem a família e no entanto não se preocupam com o que as pessoas pensam, o sindicato desconhece o que as pessoas pensam, pelo contrário, ou ele desconhece ou quando conhece ele discorda, critica, nega, coisas assim, como coisas do cotidiano, as pessoas gostam de pagode, o sindicato nega o pagode como uma coisa menor, as pessoas estão preocupadas com futebol, o sindicato nega o futebol, nega essa preocupação, apesar de que individualmente o sindicalista gosta de futebol, mas como instituição se nega”(Entrevistado 6).

Essas reticências por parte dos trabalhadores, para com o sindicato, ficaram manifestas no processo de eleição de um representante dos trabalhadores diante do Conselho de Administração da GERASUL (a parte da ELETROSUL privatizada).

“...recentemente na eleição para membro no Conselho da Administração, o empregado apoiado pela liderança sindical não obteve nem a metade dos votos. Perdeu de 185 a 70 para um outro empregado que estava vinculado com a repressão, empregado da direita, sempre foi ‘puxasaco’ da direção, inclusive atuou nos movimentos antigrevistas, não só como furador de greve mas também como denunciante, esse foi o empregado que os demais empregados escolheram para ser representante. Felizmente ele foi derrotado porque no âmbito da ELETROSUL todas as áreas do interior não votaram por essa pessoa e escolheram o outro concorrente que era da direção sindical. Mas não escolheram essa pessoa que venceu, me parece, não tanto por uma opção política, mas por uma opção de solidariedade de categorias. Porque qualquer outro engenheiro que fora competindo seria derrotado de forma igual. O que me parece, então, é que eles escolheram um técnico em detrimento de um engenheiro. Só que na sede onde essa diferenciação de categoria não se apresenta esse empregado, supostamente indicado pela diretoria da empresa, venceu por larga margem o outro que foi indicado pela direção sindical. Que se deduz disso?” (Entrevistado 9).

Que poderíamos deduzir? Pelo que foi dito, trata-se de um dos momentos mais difíceis que os seres humanos têm enfrentado e um dos quais está exigindo as máximas forças como sujeitos atuantes e transformadores. Nesse sentido o papel da psicologia revela-se fundamental na função de desvelar as ideologias e promover a conscientização.

Sawaia nos diz, nesse sentido que *“A consciência deve ser considerada na sua forma de conhecimento explicativo, como também no seu aspecto intuitivo-emocional, e o processo de conscientização deve contemplar desejos, necessidades e emoções individuais e coletivas”* (Sawaia, 1995, p. 51).

Trata-se de situar as formas cristalizadas e paralisadas do pensamento, emoção e ação dos sujeitos como uma conseqüência de formas de sofrimento psíquico, entender o sofrimento como *“a fixação do modo rígido de estado físico e mental que diminui a potência de agir em prol do bem comum, mesmo que motivado por necessidades do eu, gerando, por efeito perverso, ações contra as necessidades coletivas e, conseqüentemente, individuais.*

Este sofrimento corrói o sistema de resistência social. Age rompendo o nexo entre o agir, o pensar e o sentir. O processo que usa a supressão da emoção por senti-la suspeita e por não saber transformá-la em pensamento e ação, bem como a anulação do pensar na atividade, por considerar seu trabalho uma ação entre coisas que independem entre si mesmo. As condições favorecedoras de sua disseminação são a miséria, a heteronomia e o medo. Sua forma de contágio é o isolamento social. A seqüela que deixa é a passividade, o alcoolismo e o fatalismo, a vergonha e o medo (...) O sofrimento ou mal estar psicossocial precisa ser analisado como mediação (passagem) de outras mediações conjunturais, estruturais, históricas e subjetivas, o que significa olhá-lo através da miséria assustadora, do apodrecimento da máquina estatal e da ética minimalista à retórica, de forma a se aceitar que as pessoas podem agir da forma que quiserem, desde que bem justificada” (Sawaia, 1995, p. 51).

Fazer a psicologia orientada para os desvelamentos desses processos é a tarefa árdua que nos sugere Sawaia. Podemos dizer então que um longo caminho nos espera.

CAPÍTULO 5

O Que Ficou: as conclusões possíveis

5.1 Um preâmbulo psicológico

As modificações do trabalho apresentam-se para o mundo contemporâneo como uns dos problemas mais complexos e enigmáticos. Configurado, o trabalho, como eixo organizador da vida social, na atualidade é revisitado no marco das transformações que o atingem.

Nesse contexto, desmoronam-se muitas certezas e surgem discursos que, no campo das significações, deixam um grande vazio ao não conseguirem preencher as diferentes dimensões do mundo do trabalho.

Não tenho condições para dar respostas a tais problemáticas nem tampouco é essa minha pretensão. Minhas reflexões neste campo constituem-se como mais um esforço que se soma ao sem número de interrogações que se geram nesse âmbito. Indagações que implicaram caminhos pedregosos, posto que, ao tentar elaborar um trabalho a partir da psicologia - como ciência, que se integra na interdependência das disciplinas do conhecimento do humano e não sobre o reducionismo psicológico -, defrontei-me com um caminho em excesso solitário, posto que a psicologia, ao ater-se, tradicionalmente, aos modelos de ciência predominantes - modelo positivista -, atrelou-se, no campo do mundo do trabalho, às vertentes do funcionalismo - no modelo biológico do ato

adaptativo - e no behaviorismo - no intuito de prever, controlar e manipular o comportamento humano (Jacques, 1989).

Nesses referenciais, a psicologia fez uma história no âmbito dos espaços do trabalho que derivou suas contribuições para o lado das relações de dominação, desconsiderando os processos do trabalho em sua qualidade ontológica como um lugar central nos processos de hominização.

Torna-se necessário rever essa postura psicológica de maneira da apreender o indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-cultural.

Nessa perspectiva o trabalho é considerado como constitutivo do ser humano, num processo que vai se inscrevendo nos sujeitos a partir de suas singularidade, pelas suas motivações, pensamentos e ações, como significações que, a sua vez, são objetivadas nos espaços socialmente estruturados.

Sendo assim, as relações de trabalho configuram-se como possibilidades de interação e transformação, como geradoras de crescimento e frustração, de generosidade e mesquinhas. Como espaços no qual o social, o político, o cultural e o econômico cobram vida, enriquecendo as possibilidades dos indivíduos de serem sujeitos na e pela interação das construções sociais.

5.2 O sujeito: uma experiência concreta

No caso específico dos entrevistados da Eletrosul, seu trabalho foi afetado por significativas mudanças estruturais, decorrentes da transnacionalização das empresas o

que implicou, também, em mudanças em suas atitudes e nas relações sociais estabelecidas na empresa.

Estas mudanças refletem-se, especialmente, em novos fluxos de poder. Poder concentrado nas entidades administrativas e gerenciais da empresa e esvaziado dos setores representantes dos trabalhadores que visam a transformação social. Um vazio que dilui a força política que os trabalhadores tinham conseguido enquanto reivindicadores de direitos de classe, o que aparece freqüentemente nos relatos dos sujeitos entrevistados, enquanto indivíduos isolados fazendo o mesmo que todos os outros: lutando para não ser demitidos.

As repercussões dessas mudanças irrompem no cotidiano das relações de trabalho dessa empresa, outrora estatal, e de seu quadro de funcionários, afetando não só o contexto laboral, mas também a subjetividade dos sujeitos.

Os sujeitos tentam-se encontrar nessas novas formas de relacionar-se com o trabalho, e nesse intento perdem uma parte de si mesmos, sem se darem conta disso. O que eles eram, como eles se viam, suas convicções foram se esvaziando, algo deles está deixando de ser, está morrendo.

Os depoimentos que tivemos oportunidade de escutar evidenciam que estas mudanças se realizam pelo medo à instabilidade, ao desemprego, deixando entrever que nesse sentimento criaram uma cultura de sobrevivência no conformismo e num deixar-se levar, que não conseguem ocultar as evidências de um mal comum: o medo

Assim, alguns destes indivíduos aderem ao novo discurso coadunando, a partir de suas histórias, com suas posições no mundo do trabalho, com suas escolhas, com a nova ideologia, moldando suas falas e moldando suas forma de ser e seus modos de vida.

São formas de ser que evidenciam a contradição posta. É o caso dos entrevistados que apostaram na privatização, por acreditarem ser um espaço mais eficiente e estar mais de acordo com suas competências: são eles que no entanto, ficaram tanto tempo trabalhando em empresas públicas, administrando-as, fazendo delas o que hoje elas são.

Da mesma forma, o outro setor dos entrevistados, os suspeitos que foram historicamente atrelados às organizações sindicais, hoje não só se distanciam senão que fazem duras críticas ao sindicalismo atual. Cabe então se perguntar: será que anteriormente essas deficiências não existiam?

O que se evidencia é que na necessidade de ter que se enquadrar ao que vem no futuro, há que se reformular rapidamente antigos discursos e, nessa exigência, se difundem as vontades das privatizações e as desvantagens da sindicalização. Surgem os argumentos que, por um lado, criticam a empresa pública tradicional, pela sua ineficiência e falta de competitividade e, por outro lado, a crítica ao sindicalismo, atribuindo-lhe as mesmas características: “ineficiência e falta de competitividade”. Dessa forma, desde as distintas linhas de pensamento, forjadas num projeto de modernidade, adere-se ao projeto atual, o da cognição, e de saber mais para ter maior possibilidade de empregabilidade, para não ficar excluído. Trata-se da evidência de um processo que se realiza a partir de um mal-estar dos que estão envolvidos.

Não se pode negar um desenvolvimento e uma tecnologia que é fundada no trabalho dos indivíduos e, portanto, arraigo cultural do ser humano. Nesse caso, é pela apropriação da tecnologia do sujeito cognoscente que se reinventa o sujeito atuante e transformador da modernidade? Ou será pelos sujeitos que se diversificam em suas denúncias para a violência e as injustiças, integrando-se na solidariedade e na organização de movimentos que alcançam a sociedade como um todo? Ou pela integração dialética da apropriação das alternativas que se configurem como possibilidades de emancipação?

Algumas postulações podem nos orientar na nebulosa dos tempos novos.

5.3 O trabalho é mais que emprego

O trabalho: *“...na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre a sua psique, o seu hábitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano. O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade¹⁵”* (Kosik, 1976, p. 180).

O trabalho é muito mais que emprego (Antunes, 1995; Baquero, 1998; Codo, 1993; Frigotto, 1989; Kosik, 1976), e tem se caracterizado como a relação imprescindível do homem com a natureza e com os outros homens, efetivando-se no transcurso da história da humanidade, ininterruptamente, como a forma através da qual os homens suprem suas necessidades, constroem sua cultura e constituem-se como sujeitos.

¹⁵ Grifo meu

O trabalho é um momento de transformação, tanto dos sujeitos como de suas objetivações: *“...implica a redefinição dos fins naturais em fins culturais, com o paradoxo aparente que será a mesma natureza a se voltar contra si mesma ou a admitir por seu jogo de tensões o surgimento de formas de domínio não naturais”* (Baquero, 1998, p. 46).

Nas relações instauradas no trabalho, conjugam-se elementos subjetivos e objetivos que repercutem nos indivíduos e incitam à revisão das dimensões do trabalho e das produções humanas. Nesse plano, encontramos-nos num momento paradigmático, que tem no trabalho uma de suas maiores instigações.

Trabalho que se configurou nas relações de produção, entre a modernidade e o capitalismo (Santos, 1995), dando vida à figura do trabalhador, vinculando *“...o nascimento da sociologia ao nascimento avassalador do trabalho como forma pura, isto é, livre da mistura de outras esferas de ação humana e social”* (Saliba, 1994, p. 179).

Trabalho ao qual os homens confiaram seus destinos e que, nesse sentido, ressaltou a figura do trabalhador enquanto sujeito da história.

Trabalho inscrito entre o pensamento histórico e o pensamento utópico (Habermas, 1987), que envolve trabalhadores que significaram o trabalho entre a história e o desejo da transformação social. Numa aposta na revolução a partir das condições determinadas e históricas próprias do sistema capitalista, mas que, na dialética dos processos, possibilitaram a realização de trabalhadores enquanto sujeitos transformadores e atuantes.

História e utopias inscritas na obra de Marx, (1987, 1996), na atribuição que este autor deu aos homens enquanto classe operária com a capacidade de transformar a sociedade capitalista através da ação revolucionária. Mas, que se trincou em seus prognósticos ao não seguir o trilho que este autor lhe traçou, posto que, como assinala Santos (1997), a proletarização foi muito mais complexa: *“... os camponeses não desapareceram tão rapidamente quanto previsto, a classe operária tornou-se mais heterogênea em vez de mais homogênea, o que de resto sucedeu também com a burguesia, surgiram significativas classes médias, tornaram-se evidentes outras formas de opressão não diretamente atribuíveis a posições de classe. Nos países periféricos, o campesinato permaneceu por muito tempo um grande mar social ponteadado por algumas ilhas – os centros urbanos – de classes sociais propriamente capitalistas, a integração em relações sociais capitalistas foi muitas vezes considerada menos opressiva que a exclusão delas e, finalmente, as formas de opressão e dominação assentes na raça, na etnia, na religião e no sexo afirmaram-se pelo menos tão importantes como assentes na classe”*. (Santos, 1997, p.39-40)

Questões estas que desvirtuaram os determinismos e evolucionismos atribuídos a Marx, mas que revitalizaram seu pensamento de que os homens e a sociedade se transformam pelo desenvolvimento das contradições (Santos, 1997). Pois é pela contradição que os homens constroem e refletem seus espaços de trabalho, transbordando-se para o social, o cultural, o político, o educacional.

Projetos, estratégias, sonhos que foram tecidos em torno dos lugares de trabalho e que, hoje, são revisitados para uma nova compreensão, o que, de uma ou de outra forma, implica reinventar as contradições históricas do homem. Contradições que hoje se

expressam radicalizadas num mundo de exclusões, onde o trabalho diluiu-se em sua força reprodutiva e política.

Trabalho que em sua crise repercute não só nos proletários mas em todos aqueles que “vivem de seu trabalho” e ainda nos que não conseguem viver dele.

Um trabalho que já não é tão material, que desbordou das áreas da produção para a esfera dos serviços. Que se flexibilizou, diversificando-se nos postos de trabalho, que rompeu fronteiras nacionais para o transnacional, que perdeu sentido num projeto para a comunidade para tornar-se um projeto de mercado. Que derrubou as fronteiras do privado e o público para reinstaurar-se a partir de seus vícios e não de suas vontades.

Num Estado de Bem-Estar social que de alguma maneira realizou-se no Brasil, e que expressou suas contradições enquanto possibilidades de afirmação e conquista de direitos sociais e garantias ao trabalhador, ao trazer ao plano da esfera pública processos de reprodução da força de trabalho, da negociação e afirmação dos direitos sociais. Direitos que hoje, na busca de reintegrar lucros, o capital transnacional trunca com as políticas neoliberais (Frigotto, 1995).

Ainda, numa realidade social que se concentra num discurso de democracia que é consensual, mas que dissimula a reinvenção de novas formas de autoritarismo.

Nesse marco encontramos homens que trabalham e que desafiam em sua prática conceitos e categorias construídos em seu entorno. Homens que transgridem, em seus interesses, as fronteiras do trabalho, da produção e de sua vida cotidiana. Mas que, não por isso, diluem o trabalho como eixo organizador da vida, pois, como nos diz Leffort

“...os tempos modernos fizeram do trabalho o mais alto valor e converteram a

sociedade inteira numa sociedade de trabalhadores". (Leffort, 1996, p. 31) Por isso, o pensamento de que o trabalho perde sua centralidade é uma ideologia que não se sustenta na prática social, nem a partir das condições do capital.

E, menos ainda, a partir dos indivíduos, porque estes, antes de mais nada, precisam (e o fazem ou tentam fazê-lo) suprir suas necessidades e nesse fazer constituir-se como sujeitos.

5.4 O trabalho na questão do público e do privado: uma forma de relações de poder

Se as transformações do mundo do trabalho enquanto passagem das empresas públicas para a área privada não se consolidam para o bem da maioria, mas, ao contrário, recriam mais problemas sociais, por que a sociedade envereda para esses caminhos, repercutindo nos direitos da sociedade e na dissolução dos postos de trabalho, promovendo a fragilização dos seres humanos e realizando-se num campo de significações que não deixa entrever que o trabalho é muito mais que emprego?

No mundo do trabalho a questão do público e do privado foi definida pela ordem privada. Isso implicou que a disposição de mão de obra, a disciplina, os ritmos de trabalho, as remunerações, as punições, as dispensas fossem pautadas pelo caráter privado (Paoli, 1989), na ocultação das relações de poder ali instauradas.

Mas esta estruturação foi se modificando no processo histórico da sociedade, pelo movimento operário que pressionou por suas reivindicações, enquanto movimento de

transformação; pela emergência de uma sociedade civil que desvelou distintas formas de dominação; e pela intervenção do Estado nas relações do trabalho.

No entanto as novas condições do mundo do trabalho possibilitaram grandes mudanças nesse meio. Poder-se-ia dizer que uma das conseqüências da nova ordem são a dissolução dos espaços políticos que se tinham constituído historicamente e as novas formas de relação de poder que se instauraram nas relações de trabalho.

São formas de sentido do trabalho que se constituem, por um lado, aprisionando as pessoas, orientando-as para certas formas de comportamento, numa submissão e conformismo às condições que se apresentam no mundo de hoje.

Por outro lado, são formas que dão possibilidades de reinvenção das relações de dominação.

Nesse sentido, Thompson (1995) nos fala que é possível definir como ideológicas, significações que em determinadas circunstâncias sócio-históricas efetivam-se em relações de poder.

Isso se consolida diante a profunda divisão que o sujeito arrasta entre o público e o privado para o qual, segundo Figueiredo (1992), sua própria consciência foi atravessada por uma contradição interna ao ser o mundo privado o campo da liberdade, o das possibilidades e das pujanças; mas também, o campo da privação, como diz Koselleck (apud Figueiredo, 1992), afirmando que os juízos privados são privados de efeito político.

5.5 O sujeito: um projeto de humanidade

Nesse contexto os sujeitos transitam no mundo do trabalho entre processos de alienação e de genericidade.

São sujeitos envolvidos em sua preservação e, portanto, numa luta contra a prática lógica da exclusão, que evidencia a reinvenção da luta de classes, que só poderá se realizar a partir da eticidade da prática, ou seja, pela preservação do ser humano e na preservação da essência humana, que, como ressalta Heller (1991), não é ponto de partida nem o núcleo a que se superpõem as influências sociais, senão que são as objetivações que o homem foi inscrevendo de geração a geração e que compreendem o acervo da humanidade. Assim, corresponde-lhe tudo aquilo que é produção humana, especialmente as formas nas quais se encarna a consciência do homem.

Porque "...a essência do homem, por oposição ao mundo animal no seu conjunto, é a de nascer homem, no sentido biológico do termo, mas de só ser homem, no sentido psicossocial, na medida em que se hominiza através da assimilação do patrimônio humano objetivamente acumulado no mundo social" (Sève, 1979, p.51).

E é assim que os humanos transitam entre suas possibilidades de genericidade enquanto seres conscientes que saem de si, numa aproximação e participação das formas humanas e entre sua alienação, no afastamento de suas possibilidades genéricas (Heller, 1991).

Como conseqüência da alienação, homens singulares convertem suas qualidades num meio para negar sua essência genérica e, nesse sentido, o homem faz de sua essência o meio de sua existência, reduzindo-se em práticas intimistas e individualistas.

Mas quando o homem consegue ter consigo uma relação de ente genérico, ele sai das identificações só com sua existência, não reduzindo sua essência a instrumentos das necessidades de sua existência, fazendo desse processo não só a eficácia da ação mas a virtude da prática, como sabiamente aponta Sawaia (1997).

E é aí onde o sujeito se revitaliza: é num voltar-se para sua essência saindo de si, num encontro com a humanidade, na preservação e apropriação daquilo que foi construído pelos homens de geração em geração e que tem no próprio homem sua obra-prima e, no trabalho, parte de sua essência.

Por isso, na contraposição dessas tendências é fundamental um sujeito reflexivo e de emoções, um sujeito da ética da vida justa, e da estética da vida bela que, nas palavras de Sawaia, só pode corresponder ao sujeito em sua inserção histórica.

Por isso, num resgate histórico, a reafirmação de um projeto de modernidade para uma vida digna e justa tem em Marx a força utópica que cobra vida já não só no mundo do trabalho, mas também em outros espaços que denunciaram a opressão e o domínio. Esse é um projeto reivindicatório que não é mais só um projeto dos trabalhadores, mas que tampouco poderia ser viabilizado sem eles, posto que *“Se a classe operária não foi o sujeito monumental da emancipação pós-capitalista, foi sem dúvida o agente das transformações progressistas (emancipatórias, neste sentido) no interior do capitalismo”* (Sousa, 1997, 244).

A dimensão das problemáticas do trabalho e suas implicações sociais não conseguem serem apaziguadas e a discussão nos meios políticos e sociais sobre novos rumos está muito presente e se amplia nos diversos círculos sociais.

E assim, na soma das denúncias dos distintos setores afetados que vai se construindo outras alternativas.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Monica. Espectros totalitários no mundo contemporâneo: Uma reflexão a partir da psicanálise e da teoria crítica adormiana. **Revista Psicologia e Sociedade**, São Paulo, V 8 (2), 15-35, jul./dez. 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfose e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1995a.
- _____ **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995b.
- BAQUERO, Ricardo. La categoria de Trabajo en la Teoría del Desarrollo de Vigotsky. **PSYKHE**. Nº 1 Vol 7, 1998.
- BOCK, Ana Mercês. O desafio da construção de uma nova psicologia. **Psic. Rev.** São Paulo, (1): 13-18, set. 1995.
- BORESNTEIN, Carlos Raul. **A Dinâmica do Sistema de Poder nas Organizações do Setor Elétrico Brasileiro: O Caso da ELETROSUL**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A máquina infernal. **Revista Mais**. Folha de São Paulo. P.7, 12 julho 1998.
- BRUNI, Jose Carlos. O silêncio dos sujeitos. **Tempo Social**. USP. São Paulo, 1(1): 199 - 207, 1 sem. 1989.
- CARONE, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In LANE, Silvia; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- _____ A questão dos paradigmas nas Ciências Humanas e o paradigma da estrutura das objetivações sociais. In: LANE, Silvia; SAWAIA, Bader (org.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- CODO, Wanderley. **Indivíduo, Trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis. R. J., Vozes, 1993.
- _____ Um diagnóstico do trabalho (Em busca do prazer). In TAMAYO A. Et ali. **Coletâneas da ANPEPP Trabalho, Organizações e Cultura**.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente** São Paulo: Moderna, 1982.

Conformismo e Resistência aspectos da cultura popular no Brasil.
São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Sobre o Medo In CARDOSO Sergio et ali. **Os Sentidos da Paixão**.
São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1995

CHOMSKY, Noam; DIETERICH Heinz. **La Sociedad Global: Educación, Mercado y Democracia**. México: Editorial Joaquín Mortiz, S.A. de C.V. e Grupo Editorial Planeta, 1995.

NAPOLI di F; ALBERICI, G; BUNEDER, M.C.; SANTOS dos T. A construção do Sujeito Moderno. **PSICO**. Porto Alegre. V. 28. N) 1. Jan/jun 1997.

JACQUES CORREA, Maria da Graça. O contexto histórico como produtor e produto do conhecimento: trajetória da psicologia do trabalho. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V. 4, n1/2 Porto Alegre, 1989.

DAVIDOV, V.V.; ZINCHENKO, V.P. A contribuição de VYGOTSKI para o Desenvolvimento da Psicologia In DANIELS, Harry (org). **Vigostky em foco: pressupostos e desdobramentos**. Campinas/São Paulo: Editora Papirus, 1994.

DELUIZ, Neise. Formação do Sujeito e a Questão Democrática em Habermas. **Boletim Técnico do Senac**. 21 (1) jan./abr/ 1995.

DUPAS, Gilberto. Globalização: as oportunidade e os riscos. **Jornal Gazeta Mercantil**, Out./1995.

DURHAM, Eunice R. Cultura e Ideologia. **Folhetim**. São Paulo, nº 22 maio/1981.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, D. **Sindicato Cidadão**. Texto para a disciplina Introdução à Antropologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, 1997.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Matrizes do Pensamento Psicológico**: Petrópolis: Vozes, 1991.

A invenção do psicológico quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Educ: Escuta, 1992

Psicologia uma nova introdução. Uma visão histórica da Psicologia como ciência. São Paulo: Editora EDUC – Editora da PUC – SP., 1997.

FLEURY, A. C.; VARGAS, M. **Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar, sete casos brasileiros para estudo.** São Paulo: Editora Atlas, 1983.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

Trabalho, não trabalho, desemprego: problemas na formação do sujeito. **Perspectiva Rev. CCE da Universidade Federal de Santa Catarina.** ano 10 N^o 18 Agost./ Dez. 1992.

Conclusão Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo, 1995.

GEERTS, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A. 1989.

GÓES, Maria Cecília R. A natureza social do desenvolvimento psicológico. **Caderno CEDES Pensamento e Linguagem Estudos na perspectiva da psicologia soviética.** p. 17 24, 1991.

A construção de conhecimentos – examinando o papel do outro nos processos de significação. **Temas em Psicologia,** N 2, 1995/

HABERMAS, Jürgen. A Nova Transparência. **Novos Estudos CEBRAP** São Paulo p. 103 – 114, Set. 1987.

Teoria Analítica da Ciência e Dialética – contribuições à polêmica entre Popper e Adorno. In **Os Pensadores.** São Paulo: Editora Abril Cultural.

HARVEY, David. **A Condição Pós moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida; felicidade, liberdade e democracia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

A Sociologia da Vida Cotidiana, Barcelona: Editora Nova Gráficos/a. 1991.

- HERNANDEZ, Marisela. Apariciones del espíritu de la posmodernidad en la psicología social contemporánea. **Psicologia e Sociedade**; 9 (1/2) jan./dez. 1997.
- HUNT & SHERMAN. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1992.
- _____ A crise de Paradigmas na Sociologia. **RBCS**. Nº 13 ano 5 jun. 1990.
- _____ **A Era do Globalismo**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1996.
- _____ As ciências Sociais na época da globalização. **RBCS**. Vol. 13 No 37 junho 98.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução à Epistemologia da Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago Editoras LTDA. 1977.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LANE, T. M. Silvia. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In LANE, Silvia; CODO, Wanderley. **Psicologia Social O homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LEFORT, Claude. O imaginário da crise In **A crise da razão**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.
- LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Portugal: Livros Horizonte, 1978.
- LHULLIER, Louise. Psicologia Política In NEVES STREY, Marlene et ali. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis/R. J.: Editora Vozes, 1998.
- LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares In NETTO, Jose Paulo. **LUKÁCS**. São Paulo, Editora Ática, 1992.
- LURIA, ^a R. A atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico – sociais In **Curso de Psicologia Geral**. Volume I Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1979.
- LUTTWAK, Edward. Por que o Fascismo é a onda do futuro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nov., 1994.

- MARTIN – BARO, Ignácio. El trabajo como contexto psicosocial In **Acción e Ideologia**. El Salvador. UCH Editores, 1985.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia Cap. V In: **O Capital**. Crítica da economia política. Livro 1. O processo da produção do Capital Vol 1 São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987.
- MATA de Milton. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no brasil:**
análise de uma amostra de municípios em 1970. Rio de Janeiro, 1979.
- MATTOSSO, Jorge. **A desordem do Trabalho**. São Paulo: Editora Escrita, 1995.
- MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: O caminho das pedras**. São Paulo: Editora Gente, 1995.
- MONTERO, Maria. Conflito e cooperação nas relações intergrupais. In VALA, José. **Psicologia Social**. Lisboa: Editora Fundação Calouste.
- MOLON, Susana. **A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotski**. São Paulo, 1995. Dissertação de Mestrado. PUC.
- MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In SHNITMAN Dora. **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.
- NEGRI, Antônio. Direita e esquerda na era pós-fordista.: mudanças na esfera da produção levam a novas formas de organização e atuação políticas. **Revista Mais**, Folha de São Paulo, p. 5. 29 de junho 1997.
- NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo Ed. Nacional, 1975.
- OFFE, Claus. **TRABALHO: a categoria – chave da sociologia?** RBCS N0 10 vol 4 jun. 1989.
- OLIVEIRA de Francisco. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda Globalização e neoliberalismo na América Latina. IN **Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, R. J.: Vozes, 1998.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A incompletude do sujeito. In **Sujeito e Texto**. ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; COURTINE, J.J.; HAROCHE, C.; LANE, S. Série Cadernos PUC – 31. São Paulo: EDUC, 1988.
- PAOLI, Maria Celia. Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. **Estudos Avançados**. Vol 3, Nº 7, 1989.
- PEDRO, Antônio. **História do Brasil**. São Paulo: FDT, 1987
- PEDRO, Joana. História do Sinergia. **Rev Plural**. Vol. 3 Nº 5 Agost/Dez 1993.
- PINO, Angel. As categorias de público e privado na análise do processo de internalização. **Rev. Educação e Sociedade**, Nº 42, Agost. 1992.
- _____ Processos de significação e constituição do sujeito. **Rev. Temas em Psicologia**. Nº1, 1993.
- _____ Os modos de participação do outro nos processos de significação do sujeito. **Rev. Temas em Psicologia**. Nº 1, 1993.
- _____ Semiótica e Cognição na perspectiva Histórico-Cultural. **Rev. Temas em Psicologia**. Nº 2, 1995.
- REIS FERREIRA, Vania. O Perfil de Empregabilidade: o Desafio do Autodesenvolvimento. **Boletim Técnico do Senac**. Vol 24. Nº 1 jan/abr/ 1998.
- REY, GONZÁLEZ Fernando. **Problemas epistemológicos de la Psicología**. La Habana Cuba : Editorial Academia, 1996.
- RIVIÈRE, Angel. La actividad instrumental y la interacción como unidades de análisis de la Psicología de las funciones superiores. **La psicología de Vygotski**. Madrid: Visor Libros – Infancia y Aprendizaje. 1985.
- SALIBA RIZEK, Cibele. **O trabalho e suas metáforas**. Teses de doutoramento apresentada no Departamento de Sociologia FFLCH da Universidade de São Paulo, 1994.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1976.
- SANTOS de SOUSA, Boaventura. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- SAWAIA, Bader. A Legitimidade Subjetiva no Processo de Participação Social na Era da Globalização In: CAMINO L. LHULLIER, L.SANDOVAL, S. **Estudos sobre Comportamento Político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

- _____ O Ofício da Psicologia Social à luz da Idéia Reguladora de Sujeito: Da Eficácia da Ação à Estética da Existência. In: ZANELLA, A. et alli. **Psicologia e práticas Sociais**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SÈVE, Lucien. **Marxismo e a teoria da personalidade**. Lisboa: Livros Horizonte, Lda., 1979.
- SHUARE, Marta. Las fuentes filosóficas de la psicología soviética. In **La Psicología soviética de Vygotski**. Madrid: Visor Lobros – Infancia y Aprendizaje, 1990a.
- _____ La concepción Histórica-Cultural de L. S. VYGOTSKI. In **La Psicología soviética de Vygotski**. Madrid: Visor Lobros – Infancia y Aprendizaje, 1990b.
- SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In SILVEIRA, P.; DORAY, B. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.
- SINGER, Paulo et al. **MODERNIDADE: Globalização e exclusão**. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.
- SMOKA, A. L. ;GÓES, M. C. ;PINO, A. **A constituição do sujeito: uma questão persistente**. Mimeo.
- SOUSA, Paulo Renato. **O que são empregos e salários**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição. Emprego X desemprego. **Folha de São Paulo** 2 - 4 dinheiro Domingo, 16 de agosto de 1998.
- TEIXEIRA SOARES, Francisco. Marx e as metamorfose do mundo do trabalho. **Rev Universidade e Sociedade**. Ano V N 8. Fev. 1995.
- TELLES da Silva, Vera. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**. Rev. Sociologia USP, São Paulo 2 (1). 1 sem. 1990.
- THIOLLENT, Michel. O processo de Entrevista In **Crítica Metodológica, Investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, Vozes, 1995.

VELHO, Gilberto; CASTRO, E. B. Viveiros de. O Conceito de cultura e o estudo de Sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato*, ano 1, nº 1, Rio de Janeiro, 1978.

VYGOTSKI, L. S. Pensamiento y palabra In *Obras Escogidas II*. MADRID; Visor Distribuciones, 1992.

ZANELLA, Andréa . **A apropriação da atividade no processo de ensinar e apreender a realizar “renda do bilro”**. São Paulo, 1997. Teses de doutoramento PUC.

A Ideologia Alemã Resgatando os Pressupostos Epistemológicos da abordagem Histórico-Cultural.. Revista PSICO Porto Alegre V. 26 n 1 Jan/Jun 1995.

Folha de São Paulo. Globalização Especial . São Paulo, 2 novembro /1997

Folha de São Paulo. Relatório da OIT. São Paulo, 26 novembro/1996

Relatório da Administração ELETROSUL , 1993.